



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1452/05	DATA: 22/9/2005
INÍCIO: 10h15min	TÉRMINO: 12h00min	DURAÇÃO: 01h45min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h45min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

KÁTIA RABELLO – Presidenta do Banco Rural.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Não foi gravado o início da reunião.
Há intervenções fora do microfone, inaudíveis.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - *(O início da reunião não foi gravado.)... a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 4, de 2005, Representação nº 38, de 2005, do PTB, movido contra o Deputado José Dirceu.*

Sala das reuniões, 22 de setembro de 2005.

Kátia Rabello.”

Passo, então, a palavra à D. Kátia Rabello.

Posteriormente, ouviremos o Sr. Relator e os advogados do Deputado José Dirceu.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Bom-dia a todos. Antes de começar, pediria licença para ler um pequeno texto que eu redigi e que eu acredito seja importante para explicar e para as pessoas que não conhecem a minha história dentro do Banco Rural entenderem um pouco melhor e, até eventualmente, desculparem um pouco a minha ignorância acerca de alguns assuntos. Gostaria de contextualizar o papel do Banco Rural nesta crise, analisar suas conseqüências e apresentar as decisões tomadas pelos acionistas frente aos acontecimentos. Criado em 1964, o Banco Rural tem hoje uma rede de 75 agências, mais de 2 mil funcionários e 30 mil clientes, em sua maior parte pequenas e médias empresas. Foi nesse nicho que o Rural se estabeleceu. O principal idealizador desse modelo chamava-se José Augusto Dumont, braço direito de Júnia Rabello, minha irmã. Juntos, durante 10 anos, eles transformaram o Rural de um pequeno banco em um grande conglomerado financeiro. Esta é, resumidamente, a história do Rural, da qual passei a fazer parte recentemente. Minha história pessoal sempre esteve ligada às artes e à dança. Aos 20 anos, fundei uma escola e um grupo de dança: o “1º Ato”. A certa altura, minha irmã Júnia me convidou para trabalhar no banco, assumindo a área de comunicação. Em 26 de fevereiro de 1999, recebi a notícia do acidente e da morte de minha irmã. Após o choque inicial, assumi a missão de substituí-la no comando do banco. Por se tratar de pessoa da mais absoluta confiança de Júnia, José Augusto Dumont foi mantido no cargo de principal executivo do grupo. Tratei, naquele momento, de atuar como elo entre o acionista controlador, meu pai, e os executivos do banco, administrando o natural jogo do poder que se estabelece em organizações vitimadas por mudanças radicais. O estilo de gestão do José Augusto



Dumont era informal, não hierárquico, pessoal e centralizado nele mesmo. Tal conduta colocou o banco em grandes dificuldades muitas vezes e em outras tantas foi o caminho para sair delas. A forma pela qual José Augusto comandava o banco, sempre de olho no presente, produziu em mim uma preocupação ligada ao futuro. O banco havia crescido depressa demais e já não era possível administrá-lo de maneira informal. Nossos maiores desafios eram desenvolver sistemas de controle sem perder agilidade e flexibilidade e desenvolver pessoas e sucessores. Desta preocupação surgiu o Documento Rural nos Próximos Dez Anos, de janeiro de 2003, produzido em parceria com a renomada Consultoria Amana-Key. Esse documento identifica os pontos fortes e fracos na gestão do nosso negócio. Dizem que o raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Mas no Rural ele caiu! No dia 4 de abril de 2004, José Augusto Dumont sofreu um acidente de carro fatal. A rotina do banco sofreu mais uma vez um forte baque. Contratamos as Consultorias McKinsey e Accenture para desenvolver um projeto que extraísse o máximo da nossa potencialidade. Apesar do trauma, o primeiro semestre terminou com um lucro de 60 milhões. O segundo semestre ia bem, até a intervenção do Banco Central no Banco Santos. Assim como outros bancos de menor porte, o Banco Rural perdeu depósitos e, para compensar, foi obrigado a reduzir despesas, fechando agências e demitindo pessoas. Em 7 de janeiro de 2005, o Banco Rural e minha família sofreram mais uma dura perda. A do fundador, acionista controlador, Presidente do Conselho, Sabino Corrêa Rabello, meu pai. Para mim, mais uma vez não houve espaço para luto. A redução de ativos causada pela crise do Banco Santos colocou em evidência alguns créditos que até então chamavam pouca atenção. Um deles o empréstimo à agência de publicidade SMP&B. Iniciamos a discussão desses créditos com o Banco Central e, paralelamente, buscamos negociar seu recebimento. É importante ressaltar que era José Augusto o negociador direto desse e de vários outros grandes créditos do banco. Enfim, no dia 13 de junho explodiu a crise que abala hoje a política no País. Descobrimos que, além de uma dívida que não conseguíamos receber, tínhamos mais um problema: nosso cliente usava o banco para efetuar pagamentos a Parlamentares. Quero deixar muito claro que o banco foi usado em todo esse fato. Vale lembrar que todos os passos dessas transações estão registrados nos controles internos, fitas de caixa e no COAFI. É absurdo imaginar



que o banco, se fosse cúmplice de um esquema de corrupção, produzisse as provas que produziu, enviando todos os dados às autoridades fiscalizadoras. A triste verdade é que o Banco Rural viu em poucos meses sua imagem ser duramente arranhada. No intuito de reconstruí-la, o acionista adotou uma medida inédita no Brasil: incluiu em seu balanço referente ao primeiro semestre de 2005 todas as recomendações do Banco Central no tocante a créditos duvidosos. Isso implica reconhecer 130 milhões de reais de prejuízo, com conseqüente redução de nosso patrimônio. Essa conduta é a prova de nosso compromisso com a verdade, de nosso rompimento com o passado. Começa agora uma nova história para o Banco Rural. Como Presidente-Executiva desse banco, não fugirei às responsabilidades que me couberem. Mas decidi olhar para frente, auxiliada por profissionais de primeira grandeza. Temos a felicidade de contar, de algumas semanas para cá, com a ajuda dos consultores Luiz Nelson de Carvalho, Gustavo Loyola e Paolo Zaghen, que dispensam apresentações. Tendo tido acesso a todas as informações do Sistema Financeiro Rural, aceitaram o desafio de orientar os caminhos a serem trilhados por esse novo banco que ora surge. O compromisso dos acionistas com esses consultores é o de seguir todas as recomendações que apresentarem. Todas. Neste momento, preparamos uma profunda reestruturação que reverá a malha de agências do banco e reduzirá as despesas para nos adequarmos à nova realidade. Agradeço a confiança dos clientes e colegas do Banco Rural e de todos aqueles que estiveram e permanecem ao meu lado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Júlio Delgado, para as perguntas que poderão ser feitas neste momento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, Sras. e Srs. Parlamentares, Dr. José Luiz, Dr. Rodrigo, posso dizer, na relação que estamos construindo com a maior cordialidade e que tivemos nesta semana respeitosamente na instrução desse processo... Dr. José Carlos Dias, é uma honra tê-lo aqui, Ministro, representando também, como advogado, a nossa depoente, Sra. Kátia Rabello, à qual deixei para cumprimentar no final e lhe fazer um agradecimento.



Nós temos um caso diferenciado no Conselho de Ética que é conhecido por todos, companheiros assessores dos partidos que estão aqui no Conselho, profissionais de imprensa, amigos da Taquigrafia. Nós temos um caso diferenciado. O Conselho de Ética — quando elaboramos o Código e aprovamos algumas alterações então na Presidência do Deputado Orlando Fantazzini — não tem força de convocação e de intimação. Nós só podemos convidar, mesmo as testemunhas arroladas pela defesa e aquelas arroladas na representação do PTB. E ficamos à mercê da marcação e da data que for conveniente para os mesmos virem contribuir com o trabalho do Conselho de Ética.

Nós não temos a competência e não podemos aqui, Sra. Kátia, de fazer nenhuma instrução que possa estar trazendo das negociações e das relações do Banco Rural com relação a recursos no exterior, a questão de remessa ilegal de recursos. Essa competência é das CPIs que estão apurando. Nós não temos aqui nenhuma competência e não é essa a nossa função. A nossa função é a elucidação de fatos que são pertinentes à atuação de Parlamentares e, neste caso, a senhora foi arrolada na representação do PTB para vir trazer esses esclarecimentos que pudessem ser importantes, para que nós analisemos a atuação dos nossos e, em função de analisar a atuação dos nossos — quando falo dos nossos são dos companheiros da Casa —, certamente a gente pode fazer alguns questionamentos a V.Sa. que vão estar vinculados aos empréstimos ou às negociações do Banco Rural, mas justamente para elucidar o fato da representação apresentada pelo PTB.

Em função de V.Sa. ter sido juntamente com o outro banco que foi arrolado — estava marcado para terça-feira, suspendeu —, em função de a gente ter de fazer a reiterada do convite, quero agradecer-lhe pessoalmente, porque, de pronto, V.Sa., no dia em que fizemos o convite, na primeira data que foi possível, não tivemos alteração e a sua presença aqui nessa manhã/tarde para que nós possamos conversar um pouco a respeito da representação que me cabe relatar. Muito obrigado pela sua presença e espero que, em função da sua introdução da imagem e do que pretende o Banco Rural, talvez os esclarecimentos que V.Sa. possa dar hoje neste Conselho justifiquem o motivo que o Banco Rural tenha se intrometido ou tenha sido, de certa forma indireta, inserido em todos esses questionamentos que está vivendo hoje a sociedade, fruto da apuração das CPIMs, mas a nós aqui



competete a questão do julgamento ou da análise da participação dos colegas Parlamentares.

Em função disso, passo aos questionamentos e peço a V.Sa. que, dentro daquilo que já foi até colocado na sua introdução ou da forma que V.Sa. julgar melhor, possa nos esclarecer para transcorremos o mais rapidamente e da melhor forma possível.

A senhora mantém, teve relações com o Sr. Marcos Valério e com as empresas dele no Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora poderia descrever qual era a relação mais direta e como se deu esse contato, como ele se desenvolveu e os negócios que vieram a partir daí?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Pois não. Primeiro, eu vou responder sobre as empresas, na verdade sobre uma das empresas, que é SMP&B, que foi contratada há 10 anos como agência de publicidade para atender ao Banco Rural. O meu relacionamento com essa empresa se dava através de uma outra pessoa da empresa. Posteriormente, Marcos Valério passou a ter relacionamento com o banco através da pessoa de José Augusto Dumont, que era o Vice-Presidente na época e era a pessoa que tratava principalmente dos grandes créditos, dos devedores e de relacionamentos que ele tinha pessoais e com o banco. Depois da morte do José Augusto, eu, de certa forma, assumi esse relacionamento, porque já existia uma dívida que, conforme eu coloquei aqui na minha fala inicial, pelo fato dos ativos do banco, nós fomos forçados a reduzir os nossos ativos em função da crise causada pela intervenção no Banco Santos; esse crédito que foi dado à SMP&B e a uma outra empresa do grupo deles no passado, que era pouco representativo, se tornou então mais representativo em função do volume que diminuiu bastante. Então, esse crédito passou a aparecer entre os 20 maiores devedores do banco, e, na ausência do José Augusto, eu passei a assumir essa relação com esse devedor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora já disse na introdução também, só gostaria que reiterasse. Como o Presidente do Banco Rural tinha



conhecimento de que a instituição fazia parte do esquema utilizado pelo Sr. Marcos Valério para transferir recursos para Parlamentares?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Como e quando a senhora tomou conhecimento desse fato?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Tomei conhecimento através da denúncia do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A CPMI dos Correios tem feito uma apuração, e nós já temos o conhecimento de que os saques feitos no esquema chamado, denominado “valerioduto” vários deles foram identificados. Nós temos conhecimento de que algo em torno de 3 milhões foram feitos sem identificação do sacador nas agências do Banco Rural. A senhora pode dar alguma explicação a respeito desses saques sem identificação?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu optei por não trazer a pessoa, a minha Vice-Presidente, que é a pessoa que mergulhou tecnicamente. Porque depois que nós tomamos conhecimento do que estava ocorrendo, aí nós começamos a fazer um levantamento. Foram 2 meses de trabalho intenso, tentando levantar essas informações. Então, eu vou responder o melhor que eu puder. Dentro desta questão dos saques, de como se processavam os saques, existiam basicamente duas maneiras desses saques serem processados. Em algumas situações, era enviada uma ordem de pagamento da SPM&B para a SPM&B. Alguém da SPM&B assinava. Isso é perfeitamente dentro da norma e da legalidade. Então, é nesse caso que causou, e causa ainda hoje, muita estranheza e incômodo: o fato de que alguns envios... Porque, na verdade, o saque era feito em Belo Horizonte, ele era registrado em Belo Horizonte, mas, em alguns casos, desse saque era feito um envio de dinheiro, que é um processo entre agências, em nome de determinada pessoa. Esse procedimento coube exclusivamente ao cliente. Ou seja, em alguns casos, o cliente optou em enviar esse dinheiro em nome do recebedor, na imensa maioria das vezes, em Brasília. Então, nesses casos, esse nome dessa pessoa vem registrado em todos os momentos, vamos dizer, de todos os controles de contabilidade, de sistema. E quando era SPM&B para SPM&B, então não tinha o nome da pessoa que



ia lá receber, porque era uma pessoa da própria agência. Então, dentro da norma bancária, não seria necessário isso. É essa a informação que eu tenho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora disse o nome e eu só queria que reafirmasse: como se deu a negociação dos empréstimos do Banco Rural com o Partido dos Trabalhadores? Quem participou dessa negociação?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Olha, o empréstimo do Rural para o Partido dos Trabalhadores era uma quantia relativamente pequena em relação aos ativos do banco. Eu desconheço, assim, como aconteceu. Era um empréstimo basicamente bastante normal, dentro da atividade do banco. Mas eu sei que foi José Augusto Dumont que tratou também, pessoalmente, desse assunto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual foi o período que ele participou disso? A senhora se lembra quais foram as datas específicas, mês, ano?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ele morreu em abril de 2004. Isso foi no ano de 2003, me parece que no início. Eu tenho essa data, posso depois levantar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora sabe quais foram as garantias que foram oferecidas no empréstimo, nesse empréstimo desse contrato?

A SRA. KÁTIA RABELLO - A informação que eu tenho é que o PT teria recebíveis que são — como é que chama? — participação que as pessoas que são filiadas aos partidos contribuem mensalmente. Essa é a informação que eu tenho, de que seria esse o lastro do empréstimo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora afirmou e tem afirmado que o banco cumpriu as exigências técnicas para aprovar a transação — aquela transação, que até agora mesmo a senhora disse, até corriqueira do banco —, a transação de valores até tímidos com relação à norma e às atuações do banco. Mesmo sendo valores tímidos e sendo uma transação normal, a senhora pode afirmar que não houve facilidades, além daquelas que se oferecem a clientes especiais?

A SRA. KÁTIA RABELLO - No empréstimo?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - No empréstimo.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. No empréstimo é normal, juros de mercado...



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O banco faz esse empréstimo de forma rotineira. a juros de mercado?

A SRA. KÁTIA RABELLO - O conhecimento que eu tenho do empréstimo é que ele não tem nenhum tipo de facilitador.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E o Banco Rural tem como prática, ao conceder um empréstimo desse, levantar recursos e aceitar avalistas com base, exclusivamente, no seu prestígio, ou ele aceita avalistas com base numa aprovação de cadastro prévio?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Deixa eu voltar então um pouco. Nessa época, quem tratava dos empréstimos era José Augusto. Então, é difícil para mim discutir, até porque, dentro da política de crédito do Banco, existe toda uma normativa de alçadas, de garantias *versus* cliente. Então, são como 2 pratos de uma balança: quando você tem uma garantia muito forte, você pode ter um cliente mais frágil; quando você tem um cliente onde você tem uma certeza maior de receber, você pode ter uma garantia mais frágil. Eu estou falando de uma forma geral, porque é a forma com a qual eu tenho contato com a política. Esses créditos só vinham à minha aprovação, passaram a vir na verdade depois que o Zé morreu, mas, com ele vivo, só existia uma circunstância de eu ter acesso a essas propostas, que era no caso de não haver unanimidade no Comitê. Então, até onde eu entendo, esse crédito foi dado dentro de um processo normal.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em 1998, o Banco Rural fez um empréstimo na mesma linha, no mesmo sentido em Minas Gerais, foi também o Banco que foi utilizado para empréstimo por parte de uma campanha do PSDB, foram dadas como garantia contas publicitárias. E esse empréstimo, também não sendo pago, na ordem de 9 milhões — estou falando porque a gente acompanha aqui com membros, nós temos companheiros aqui no Conselho que também são da CPMI, se for o caso, me corrijam — e que quase 5 anos depois — eu sei que V.Sa. não estava na direção do Banco naquele momento — foi quitado esse débito pelo Sr. Marcos Valério na ordem de 2 milhões. No momento em que se repete uma operação, quase que 7 anos depois, 6 anos depois, nas mesmas características, com a mesma forma, com as mesmas garantias, sabendo-se da probabilidade do



não-pagamento, conforme ocorreu até quando surgiram as denúncias, não houve uma surpresa — e aí V.Sa. já estava na direção do Banco — que essa transação repetida, falível, que trouxe prejuízo ao Banco Rural, pudesse ser repetida nas mesmas características e o Banco aprovar com total isenção um fato que tinha a interveniência de empresa de publicidade com partido político, com campanha eleitoral? Não houve indignação e surpresa de isso ter sido repetido só com partidos diferentes?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Deixa eu voltar então um pouco atrás. Em 98, eu não era Presidente do Banco. A minha irmã estava viva. Então, nessa época, eu realmente não tinha o menor conhecimento do que acontecia nesse âmbito, digamos. A minha área era completamente diferente — trabalhava na área de comunicação. Eu tenho conhecimento desse fato por ouvir falar, mas não por ter vivenciado. Então, eu tenho procurado, assim, nos meus depoimentos, sempre distinguir quando eu falo de alguma coisa que eu ouvi contar e quando eu falo de alguma coisa que de fato eu vivenciei, como o senhor perguntou: “*A senhora teve relacionamento com o Marcos Valério?*” Eu tive. Então, foi uma coisa que eu vivenciei. Agora, essa situação do passado, eu vou aí fazer um certo exercício de imaginar e novamente de contextualizar. Desculpe, eu esqueci de tratá-lo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não tem nada. Não há necessidade. *(Risos.)* Fique tranqüila.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Estar tratando-o de senhor. Esqueci completamente. *(Risos.)* Então, o senhor imagina, uma morte acidental repentina. A minha irmã, na verdade, ela já tinha delegado muitas funções para o José Augusto. Então, essa negociação desse crédito foi totalmente feita já por ele, com certeza. Então, conhecendo ele como eu vim a conhecer depois, o que eu fico imaginando e um pouco da maneira que ele atuava em relação, às vezes, a outros devedores do Banco, era... existia, na época, ele tinha uma frase ou uma expressão que era “salgar carne podre”. Ou seja, era aquela preocupação seguinte: você tem um devedor, ele não está tendo condição de lhe pagar, você vai lá e faz um acordo e recebe alguma coisa que é possível receber. Aí amanhã esse... Eu estou fazendo sempre um exercício aqui de imaginação. Eu não participei desse processo, inclusive do segundo processo já desses empréstimos para SMP&B. Não participei,



eles eram todos dentro da alçada do José Augusto. Só para contextualizar, na época o Banco Rural tinha alguma coisa em torno de 5 bilhões de ativo — 4 para 5 bilhões de ativo — e a operação era uma operação... Eram 2 operações que totalizavam cerca de 30 milhões de reais. Então, ela não chegava — eu estava para trazer isso, depois a gente pode citar. Nas reuniões de Diretoria, a gente tinha um demonstrativo sempre tratando dos maiores devedores e eles não se encontravam dentro dessa listagem e não cabia, não chegava até a mim essa operação. Mas o que eu percebo da atitude do José Augusto, da maneira que ele agia às vezes, é que no momento em que essas empresas, vamos dizer, mudaram de patamar, porque acompanhando o extrato agora que eu, por exemplo, fui conhecer a movimentação financeira, a capacidade financeira dessas empresas, ela cresce muito em determinado momento. Então, eles passam a ter uma capacidade financeira e os contratos que vinham desde antes, eles vão aumentando de valor. Então, a maneira que eu percebo que pode ter sido o raciocínio do José Augusto é: *“Bom, eu perdi atrás, mas tenho uma empresa que agora está com condição, está com uma capacidade financeira, tem contratos de valores maiores e que vai poder honrar e de alguma forma eu vou conseguir recuperar aquilo que perdi lá atrás”*. Eu acompanhei esse raciocínio dele em alguns outros casos. E em alguns casos existia essa expressão “salgar a carne podre”, porque, às vezes, você coloca mais dinheiro num devedor e chega lá na frente ele não consegue honrar. Parece que infelizmente foi o caso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu quero, ao agradecer-lhe a tentativa de esclarecimento, mudar a linha dos nossos questionamentos. Vou fazer uma constatação, e aí dizer ao Dr. José Luís que não é afirmação, é constatação. Nós, infelizmente, estamos tendo pessoas que seriam elucidativas para as nossas questões que faleceram. O então Presidente Severino Cavalcanti ontem alega por um cheque de 7.500 reais que teria sido doado para a campanha do seu filho que faleceu. E o Dr. José Augusto Dumont, que participou das duas transações, também faleceu. E a senhora não pode fazer o esclarecimento, mas é uma constatação. Por causa de 7.500 reais o Presidente Severino Cavalcanti teve de renunciar ao mandato ontem, na tarde, talvez, mais triste deste Congresso nesta Legislatura. A constatação que a gente faz é que o Banco, em valores que o Banco pode



considerar insignificantes, mas para sociedade não são, na ordem de um empréstimo de 9 milhões feitos junto ao PSDB, ao Sr. Marcos Valério, em 1998, tenha sido repetido em 2003, sabendo que isso trouxe prejuízo da ordem de 7 milhões para o banco e ter sido feita também novamente, correndo o risco de prejuízo ao Banco, como está acontecendo agora com esse empréstimo que foi feito ao Partido dos Trabalhadores. É uma constatação. Não falo com relação ao processo, mas à instituição financeira que repete uma operação falível em termo dos propósitos que ela se dispõe como instituição de arrecadação de fundos e de capitalização de recursos. E, ao concluir essa constatação, eu inicio uma outra fase perguntando para a senhora: V.Sa. conhece pessoalmente o Deputado José Dirceu? Como e quando o conheceu? Do que trataram nos encontros ocorridos?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Só gostaria de deixar claro que eu... É muito difícil a situação, porque, ao mesmo tempo que fica muito feio jogar a culpa em alguém que já morreu, existe um fato real que pode ser comprovado em documentos, pessoas de dentro do Banco, clientes que se relacionavam com o Banco, assim, fartamente, de que de fato José Augusto era o senhor, ele era o número um, era a pessoa que tocava o Banco e que tocava esses créditos e que negociou esses créditos específicos pessoalmente. Isso é uma verdade. Então eu também não posso querer explicar alguma coisa que, na verdade, ou, pior ainda, julgar um procedimento. O que eu quero deixar muito claro é o seguinte: ele esteve à frente do banco por 10 ou 15 anos, e o Banco Rural teve uma das melhores *performances* do seu nicho. Então, como eu disse no meu texto inicial, acho que em alguns momentos o banco perdeu, sim, em algumas situações em que talvez ele tenha avaliado mal um crédito e, em outras, acho que ele foi feliz e acho que o banco ganhou dinheiro com outras escolhas que ele fez. Então, não me cabe aqui julgá-lo. Quero deixar registrado que é uma pessoa que eu admiro muitíssimo, foi um grande amigo, respeito muitíssimo. Tenho grande relacionamento e apreço pela família dele. Jamais vou falar mal dele, mas a verdade tem que ser dita. De fato, é essa a realidade, foram esses empréstimos que foram feitos. Se foram sinistrados, a responsabilidade é, sim, e foi na época, da alçada dele. Só isso que queria deixar bem claro. Eu conheci, sim, o Deputado José Dirceu. Eu o conheci a primeira vez no Palácio do Planalto, numa audiência, em que tratamos, basicamente...



posicionamos — na época, ele era Ministro — da situação em que se encontrava o levantamento da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco, do chamado banco ruim, dos papéis que ficaram em poder do Banco Central, após a liquidação extrajudicial do Banco Mercantil de Pernambuco. Foi esse o assunto. Na verdade, tem uns outros assuntos, mas o assunto principal, posso discorrer se os senhores acharem importante.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Entre esses outros assuntos, a senhora chegou a comentar com ele os detalhes ou os empréstimos do Banco Rural junto ao Partido dos Trabalhadores?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Sa. participou de uma reunião, em Belo Horizonte, entre a direção do Banco Rural e o então Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu queria só fazer um retrospectozinho rápido. O Ministro tinha tido um encontro anteriormente com o meu pai. O meu pai era um empresário proveniente da área de construção civil e ele tinha alguns sonhos, enfim, sonhos para o País, coisas que ele achava importante, e ele achava que essa oportunidade de uma interlocução com o Ministro poderia trazer benefícios. E eu tenho aqui, em meu poder, duas cartas que ele enviou ao Ministro. Uma delas, eu tenho certeza de que foi protocolada no gabinete, refere-se a uma lavra de nióbio que ele tinha interesse que essa concorrência, que estava fechada, fosse reaberta. Nós recebemos, e eu cheguei a ver, a resposta. A resposta dizia que, por questões ambientais, de fato, essa concorrência estava interrompida. Eu não tenho a resposta, mas, possivelmente, esse documento deve existir no gabinete. Eu tenho aqui uma cópia que eu gostaria de passar ao Presidente. A outra é uma carta que ele trata de questões sobre loteamentos populares. Ele tinha sonhos, enfim, acho que não vale a pena perder tempo, não sei. Não é perda de tempo, são assuntos importantes, mas é porque todos aqui têm... Talvez, não seja o foco da questão. Mas é só para situar que a possibilidade da interlocução com o Ministro, na época, meu pai era vivo e ele via, enfim, um caminho, uma conversa para coisas que ele imaginava que poderiam ser boas para o País e que poderiam resultar em bons



negócios, e um desses negócios era o Banco Mercantil de Pernambuco. Quero deixar claro que nós compramos o Banco Mercantil. Na época, compramos as agências e ficamos com os funcionários e tal — aquela separação que foi feita. E ficou a massa, chamada massa líquidanda — acho estranha essa palavra —, e o Banco Rural se tornou acionista dessa massa. Então, havia um interesse, já desde o Governo anterior, de que essa liquidação fosse levantada. Então nós posicionamos, nesse primeiro encontro. É o início. Em relação ao segundo encontro, foi em um jantar, onde eu estive presente e um diretor e o Ministro apenas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E nesse jantar ou nesse encontro, mesmo se tratando de outros assuntos, como a lavra, como a questão do Banco Mercantil de Pernambuco, foi tratada ou foi discutida a questão da dívida do PT com o banco?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Em nenhum dos 2 encontros, nós tratamos das dívidas. Nem ele, nem eu, nem meu diretor. Nós não tratamos desse assunto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesse encontro que a senhora diz ter tido uma vez no Palácio do Planalto e nesses 2 outros em Belo Horizonte, o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio Soares participaram dessas reuniões?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Em Belo Horizonte, foi só um.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só um.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Foi num jantar. E no Planalto, um também. E o outro, no Planalto, foi com o meu pai. Eu não tenho muita certeza, porque eu não consigo levantar essa agenda. Depois que ele morreu, os papéis, enfim, a gente se desfez e não consegui levantar a agenda. Então, na verdade, foram esses 3 encontros. De um, eu não participei; dos outros 2, sim. Para ser bem clara. No primeiro encontro, no Palácio, o Sr. Marcos Valério estava presente, sim, nessa primeira audiência; e, no jantar, não. Estávamos apenas eu, meu diretor e o Ministro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E o Sr. Delúbio Soares?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não estava presente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem agendava esses encontros para a senhora na Casa Civil, era o Sr. Marcos Valério?



A SRA. KÁTIA RABELLO - Olha, no primeiro encontro, o Zé Augusto era vivo ainda. O Zé Augusto esteve presente nesse primeiro encontro também. Então, eu não sei quem agendou. Eu sei que ele foi formalmente, enfim, o Zé Augusto me disse que fizesse um pedido formal de audiência. Eu não sei, eu imagino que foi Marcos Valério que intermediou esse encontro. Mas eu não sei porque...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O encontro aqui em Brasília?

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. O encontro no Palácio. Mas foi um pedido de audiência formal.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E o jantar?

A SRA. KÁTIA RABELLO - O jantar foi uma oportunidade que surgiu. Parece que pessoas do partido estariam em Belo Horizonte para um encontro ou uma coisa assim, e, dessa vez, foi, sim, o Marcos Valério que entrou em contato com alguém do banco, não me lembro exatamente com quem, não foi diretamente comigo, e disse que haveria essa possibilidade, se eu estaria interessada. Eu disse que eu estaria interessada, que eu estaria à disposição. Então, foi marcado esse jantar para a hora em que o Ministro estivesse disponível.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A relação banco nessas diversas questões com o Governo Federal se dava através do Ministro José Dirceu? Ele era o elo de conversa ou de contato do banco com o Governo?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Olha, eu posso falar do que eu sei. Eu sei que o banco teve esses 3 encontros com o Ministro. Um primeiro com o meu pai e os outros 2 comigo. Eu desconheço desdobramentos desses encontros.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem apresentou o Ministro José Dirceu à direção do banco? A senhora sabe?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na verdade, a primeira audiência, que foi com o meu pai, eu não sei quem marcou. Acho que o José Augusto foi também, eu imagino que seja o Marcos Valério. Eu não posso afirmar, não participei.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em alguma ocasião, o Deputado José Dirceu chegou a comentar as dificuldades financeiras do PT nesses encontros que a senhora teve com ele?



A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Ele, nesses 2 encontros, ele não tratou do partido, em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em alguns desses encontros, na citação, ao não falar de partido, mas falar da relação com os empréstimos, ou não falar, o Deputado José Dirceu falou alguma vez nesses encontros do Sr. Delúbio Soares com vocês?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Dos empréstimos, com certeza, não. Do Delúbio, pode ser que ele tenha feito algum comentário. Eu não me lembro. Realmente, eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E dos encontros do Sr. Delúbio Soares com o banco, a senhora participou de algum deles?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim. Eu não tenho essas datas na cabeça. É difícil dizer exatamente, porque, na verdade, na época, esses encontros não aconteciam de uma maneira muito formal. Como o Sr. Marcos Valério era cliente do banco, e o banco era cliente da agência dele, ele ia ao banco e, às vezes, eu cruzava com ele, ele estava indo à sala do Zé Augusto e, às vezes, de lá, eles iam até a minha sala para me cumprimentar. Então, aconteceu de o Delúbio estar em algumas dessas visitas, digamos assim. Mas foram pouquíssimas. Foram 3 ou 4. Ele esteve no enterro do Zé. Foram 3 ou 4 encontros.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesses encontros que a senhora teve com o Sr. Delúbio Soares, ele fazia alguma afirmação efetiva da sua relação com o Ministro José Dirceu?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Na verdade...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - De ser uma pessoa de confiança do Ministro José Dirceu. Ele fazia alguma citação a respeito disso?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não. Ele não falava no Ministro. Ele falava no partido. De fato, ele falava bastante sobre o partido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Sr. Delúbio Soares e o Sr. Marcos Valério contrataram dos empréstimos, que a senhora participou muito indiretamente, conforme já informou aí através — a negociação aconteceu com o Dr. José Augusto mais efetiva. Eles chegaram a pedir o sigilo sobre os empréstimos do PT?



A SRA. KÁTIA RABELLO - Que eu saiba não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eles comentavam se essas transações eram do conhecimento do partido, da direção do partido, da Executiva do partido, se o partido tinha o conhecimento que eles estavam indo ao Banco Rural solicitar os empréstimos?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Deixa eu deixar bem claro aqui, diferenciar duas coisas. Uma coisa é o empréstimo ao PT, que era diretamente ao partido, e outra coisa o empréstimo às empresas do Marcos Valério. O empréstimo às empresas do Marcos Valério, eu tive conhecimento de que esse empréstimo, esse dinheiro, teria sido repassado para quitar dívidas do partido depois da morte do Zé Augusto. Então, o Delúbio confirmou esse repasse. Mas de qualquer maneira o nosso devedor era Marcos Valério, SMP&B.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Delúbio, então, confirmou que mesmo os empréstimos feitos com o Sr. Marcos Valério, não os empréstimos do PT...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...também tinham a mesma destinação: o pagamento de dívidas do partido.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Dívidas do partido. Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estou concluindo. Eu falei para a senhora que eu não ia me estender, mas, em função dos esclarecimentos, eu tenho mais 3 ou 4 perguntas, a gente vai trazendo aqui algumas elucidações que são importantes. Conforme notícia veiculada no jornal *Correio Braziliense*, de 1º de agosto deste ano, o Sr. Marcos Valério teria feito um telefonema para o Sr. Zé Augusto, ex-Presidente do Banco Rural, com o objetivo de conseguir um empréstimo para uma de suas ex-mulheres, uma das ex-mulheres do Deputado José Dirceu, Ângela Zaragoza, em valor superior a 200 mil reais para compra de um apartamento. O que a senhora tem a dizer sobre esse assunto?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu fiquei sabendo desse assunto pelos jornais. Levantei o empréstimo. Ele realmente existe. O valor me parece que não é esse. Eu não posso dispor do documento, porque o sigilo dela não foi quebrado, mas parece



que o valor é cerca de 40 mil. E está sendo quitado religiosamente em dia. É uma operação absolutamente normal.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É isso o que eu ia lhe perguntar posteriormente.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. Mas, desculpa, porque o senhor fez uma observação primeiro que eu me esqueci de colocar, que teria sido um telefonema do Marcos Valério. É isso?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Que teria sido um telefonema do Sr. Marcos Valério para o Sr. Zé Augusto.

A SRA. KÁTIA RABELLO - José Augusto. Tá. Eu não tenho conhecimento desse telefonema. Eu tenho conhecimento do José Augusto no banco, em São Paulo, pedindo por esse empréstimo. Aí, eu não tenho...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - No banco, em São Paulo?

A SRA. KÁTIA RABELLO - É, porque o José Augusto ficava em Belo Horizonte. Então, eu tenho conhecimento de um telefonema do José Augusto para a pessoa que operacionalizaria esse empréstimo em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu tenho duas perguntas que vão ser conjugadas uma a outra, mas uma foi fruto de um depoimento prestado aqui, no Conselho, e o outro, fruto de depoimento prestado às CPIs. Quando da celebração do empréstimo, a senhora teria dito, em um depoimento na subcomissão das CPIs, quem participou e teria ido ao banco para celebrar e assinar o empréstimo do Partido dos Trabalhadores junto ao Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Desconheço completamente essa celebração e essa formalização. O meu conhecimento é que esse empréstimo foi feito de uma maneira absolutamente normal lá em São Paulo. Não sei dessa celebração.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora teria dito que sendo feito em São Paulo, seria comum que esse empréstimo, esse contrato teria sido celebrado fora da sede do Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, eu não disse isso, com certeza.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pois é. Ao assinar o empréstimo, o contratante e os avalistas, eles deveriam ter ido ao Banco Rural, não é isso?



A SRA. KÁTIA RABELLO - É. O senhor está falando do empréstimo ao PT?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ao PT.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Desculpa, eu estava confundindo com o negócio lá da ex-esposa. Não, não sei se existe uma forma de ser assinado no banco ou fora do banco, não. Eu acho que existe uma possibilidade de que isso seja assinado na empresa do cliente, mas realmente eu nunca fiz uma operação dessas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nós teríamos tido a informação aqui, na semana passada, que no depoimento feito pela senhora lá na subcomissão que teriam ido à sede do banco em São Paulo, o Sr. Marcos Valério, o Sr. Delúbio Soares e o senhor, o ex-Deputado e ex-Presidente do partido, José Genoíno. A senhora tem informação a respeito disso?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não tenho, não tenho. De fato, não tenho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E aí vamos voltar para aquele empréstimo que a gente estava citando, da ex-mulher do Deputado José Dirceu. Esse empréstimo é um empréstimo corriqueiro? Faz parte das atuações e da prática e da rotina do banco?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem intermediou o pedido do empréstimo?

A SRA. KÁTIA RABELLO - José Augusto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora tem informação se o então Ministro José Dirceu sabia da operação?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não tenho essa informação. Não sei se ele sabia ou não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Segundo informações também veiculadas na imprensa, o Deputado José Dirceu chegou a agradecer a direção do Banco Rural por ter liberado o empréstimo para a sua ex-mulher. A senhora tem conhecimento...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não a mim. A mim ele nunca tocou nesse assunto comigo.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Certo. E para concluir, Sr. Presidente, como se encontra hoje a situação dos 2 empréstimos concedidos ao Partido dos Trabalhadores com o aval do Sr. Marcos Valério e do ex-Presidente e ex-Deputado José Genoíno?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Fiquei um pouco confusa. É um empréstimo ao partido...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Um empréstimo ao Sr. Marcos Valério e um ao partido. O partido que avaliza o Sr. José Genoíno. Como encontram-se esses 2 empréstimos? A situação desses 2 empréstimos.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Esse empréstimo me parece que ele está por vencer, ele está ainda num prazo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KÁTIA RABELLO - Venceu agora recentemente?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Relator? Se me permite, só para um esclarecimento.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com referência ao 55 ou àquele empréstimo inicial de 3 milhões?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Empréstimo de 3 milhões e o empréstimo de 55. Dos 2.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tanto do PT como os do Marcos Valério? Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Do Sr. Marcos Valério.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Porque as situações são diferentes. Os prazos são diferentes. O do PT — como é que é Zé Carlos?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KÁTIA RABELLO - ... está vencendo, não sei se está vencendo ou já venceu. Existe uma prática do banco que é um prazo antes de execução, que é entre 15 e 30 dias. Então me parece que esse caso do PT está dentro desse prazo, ou seja, ainda não foi executado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ainda não foi executado.



A SRA. KÁTIA RABELLO - Os outros 2, porque são 2 empréstimos, na verdade, a duas empresas diferentes que o Marcos Valério era sócio, estão sendo executados.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Existe alguma relação financeira...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Desculpa, só para complementar, existem mais alguns que estão sendo executados também.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas o do PT não está?

A SRA. KÁTIA RABELLO - O do PT não. Ele não está no prazo de execução. Se é que ele venceu, não tenho essa data.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só para concluir. Existe alguma relação financeira entre a corretora Bônus-Banval e o Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora conhece o doleiro Haroldo Bicalho?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quais as relações desse senhor, desse doleiro, com o Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não sei se ele é doleiro. A minha relação com ele é social.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Existe alguma relação entre a Trade Link Bank e o Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E por último: a senhora tem como detalhar e dizer, num valor global, não específico, dos empréstimos, qual a movimentação financeira das contas das empresas e da pessoa do Sr. Marcos Valério com o Banco Rural nos últimos 4 anos? Em termos globais, o que o Sr. Marcos Valério movimentou entre empréstimos, saques e movimentação das suas empresas e da pessoa física?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não trouxe essa informação, mas eu tenho ela toda detalhada. Eu encaminho. Porque se eu for falar alguma coisa aqui... Eu não trouxe a pessoa que tem esses dados.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A gente aguarda essas informações sem nenhum problema.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu envio, eu envio. Só para deixar bem claro, qual é a pergunta, para nós podermos responder?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O valor da movimentação financeira. Eu te faço por escrito.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Movimentação financeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Do Sr. Marcos Valério. Agora gostaria, ao agradecer e pedir escusas aos meus pares e a toda a assessoria pela demora, agradecer a V.Sa. pelas respostas, dizer que a gente sabe que o Banco Rural teve uma situação sanável e que ele é um banco efetivo, uma instituição financeira forte, principalmente na gestão do Sr. José Augusto. Agora, para estranheza, Dr. José Luís, justamente os empréstimos quando têm participação de partido político, tanto em 98 quanto em 2003, eles não são quitados, e o banco, por ter uma movimentação de caixa superior às permitidas, deixa que isso aconteça quando tem participação de ente ou de partido político que enseja qualquer tipo de repasse de recurso para Parlamentares. Para finalizar, eu gostaria de fazer uma pergunta que não tem nada a ver com o Banco Rural, mas pelo julgamento de V.Sa., que está acompanhando todo esse processo que nós estamos vivendo hoje no Brasil, dessa crise do Legislativo, desse repasse de recurso, e gostaria de fazer só uma pergunta. O que está sendo denunciado é que existia uma prática de chamado mensalão. Mensalão e o que foi denunciado pelo ex-Deputado Roberto Jefferson seria um repasse mensal ou periódico de recursos para Deputados, para manter uma base de apoio no Congresso. E o que está sendo de certa forma comprovado ou que a gente tem elucidado de uma forma... na defesa daqueles que fizeram saques, é que os mesmos, os Parlamentares, teriam feito saques para pagar dívidas de campanha ou caixa dois. E eu pergunto a V.Sa.: como uma cidadã brasileira, a senhora vê diferença entre um Deputado que recebe um repasse de recurso para votar nessa ou naquela matéria e um outro que tem a sua dívida de campanha paga para também votar de acordo com essa ou aquela matéria? Um Deputado é recebedor do mensalão, o outro não é recebedor do mensalão, o outro é recebedor



do pagamento das suas dívidas de campanha. Existe diferença nesses 2 Parlamentares?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na minha opinião, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual? (*Pausa.*)

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Fiz um questionamento à depoente, perguntando à senhora, como cidadã, se a senhora acha que um repasse de recursos mensal de Parlamentar que recebeu, para poder pagar suas dívidas de campanha, ele não fica devedor do mesmo proponente para poder saldar os seus compromissos na Câmara dos Deputados. É só essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Dr. José Luís Lima, que é advogado do Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Eminente Presidente, ilustre Relator, Deputado Júlio Delgado, quero também aqui agradecer as suas generosas palavras à defesa. Realmente, a nossa relação, desde o início dos trabalhos, tem sido extremamente cordial. Eu quero também retribuir ao senhor as palavras à defesa dirigidas. Sra. Kátia Rabello, eminente advogado, Dr. José Carlos Dias, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, o eminente Relator praticamente esgotou a questão com as perguntas, e a ilustre depoente esclareceu com muita tranqüilidade e transparência que o ex-Ministro José Dirceu e hoje Deputado Federal jamais conversou com ela a respeito dos empréstimos feitos pelo Banco Rural ao Partido dos Trabalhadores, jamais comentou esse assunto com ela. Portanto, não vou me aprofundar nessa questão. Eu vou fazer apenas uma pergunta à senhora, que diz o seguinte. Em determinado momento, o Sr. Marcos Valério declarou que todas as operações de crédito do Banco Rural com o Partido dos Trabalhadores eram de conhecimento do ex-Ministro José Dirceu, e a direção do Rural só realizou as operações porque sabia desse conhecimento. O Banco Rural, em resposta, deu a seguinte nota: "*O Banco Rural nega que os empréstimos feitos ao Sr. Marcos Valério Fernandes de Sousa e às suas empresas, bem como o empréstimo concedido ao Partido dos Trabalhadores, tenham tido o aval do ex-Ministro José Dirceu. O Sr. Marcos Valério e as suas empresas são clientes com uma movimentação financeira*



compatível com os empréstimos concedidos”. A senhora confirma essa nota emitida pelo Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, era a única questão que eu queria colocar. Mais uma vez agradecendo a oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós que agradecemos.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sra. Kátia, em primeiro lugar, o tratamento senhor e senhora também é regimental. Esta Casa não precisa ficar tão fiel assim a uma certa fineza, que tem um quê de aristocrática, não é? *(Risos.)*

A SRA KÁTIA RABELLO - Obrigada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, às vezes, o calor da disputa política nos leva a gestos e atitudes — ontem ocorreram vários — que não são nada finos, digamos assim. Portanto, senhor e senhora, em nome da objetividade...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, esses são anti-regimentais, é verdade, mas o senhor e senhora é. A primeira indagação é de uma dúvida de alguém que tem pouca ambiência com a vida financeira e, de quebra, não tem nenhum entusiasmo pelo capital financeiro, prefiro o capital produtivo. Eu não entendi bem: há uma década, o Banco Rural contratou os serviços publicitários da SMP&B. Quando passou a ser credor? Quando passou a fazer empréstimos para essa empresa que lhe prestava serviço? Isso é usual? O prestador de serviços vira cliente?

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. O mais interessante é que, na verdade, eles já eram clientes devedores ou aplicadores. Normalmente, o cliente-empresa tem essas duas pontas: ele é, ao mesmo tempo, tomador em algumas operações e aplicador em outras. E já era o caso da SMP&B, antes de ela se tornar agência de publicidade. Eu só queria frisar que isso não foi determinante na escolha.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ela já era, inclusive, nessa ocasião, uma das 20 maiores devedoras do banco?



A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não, não. Ela era uma cliente do banco bem menor, e o Sr. Marcos Valério não fazia parte da sociedade nessa época. Foi em 95.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora lembra quem era o principal sócio da SMP&B?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não... Quer dizer, eu lembro de alguns sócios que permanecem até hoje. O Sr. Ramon Cardoso já era sócio nessa época. E parece que tinha um outro sócio, que faleceu, que eu não cheguei a conhecer.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Sr. Clésio Andrade não?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, me parece...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Atual Vice-Governador de Minas Gerais.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, parece que o Sr. Clésio era sócio da outra empresa, que é a DNA. Nós nunca fomos clientes da DNA. O banco nunca foi cliente da DNA.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora disse que, a partir de abril de 2004, há 1 ano e meio atrás, passou então a ter os contatos profissionais, comerciais e institucionais com o Sr. Marcos Valério. E ele, a partir daí, nesse contato que a senhora teve diretamente, nunca mencionou, inclusive pela situação de devedor em que ele, a sua empresa, as suas empresas ou essa se encontravam, nunca falou... Obviamente se discutia isso, nesse caso, com ele.

A SRA. KÁTIA RABELLO - A dívida?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Certamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele nunca falou das contas com governos, de relações com o ambiente político e do poder institucional, inclusive como meio de assegurar que, em sendo tão bem relacionado, poderia saldar esses débitos? Nunca ocorreu esse tipo de conversa?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ele falava, sim, das contas dos clientes, não só públicos, do Governo, como dos clientes privados como forma de assegurar que ele tinha de fato condições de quitar as dívidas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E já então...



A SRA. KÁTIA RABELLO - Fazia referência a esses contratos. Inclusive um desses contratos era... o domicílio desse contrato era a garantia desse empréstimo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora se recorda, do ponto de vista de governos, quais os que pelo menos mais lhe chamaram a atenção, no sentido positivo: “Bom, ele tem empresas que são sustentáveis, portanto, o pagamento desses débitos tem mais chance de ocorrer”?

A SRA. KÁTIA RABELLO - São várias empresas. Eu acho que...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Com o Governo Federal inclusive.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ah, não. Do Governo Federal?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É, desculpe, a senhora falou que ele mencionava, para tranquilizar o credor de contratos.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É, acho que o principal é o Banco do Brasil, porque o contrato, quer dizer, a garantia, uma das garantias — considerando o aval dele como sendo uma das garantias —, uma das garantias era um contrato de publicidade com o Banco do Brasil que era oriundo do Governo anterior. Quer dizer, a empresa dele já tinha esse contrato de publicidade, ele foi renovado, e o valor aumentou um pouco no correr desse tempo. Não sei exatamente as datas. E o domicílio desse contrato era considerado como garantia do empréstimo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, nessas negociações, ele nunca mencionou relações com personalidades governamentais, bons contatos, possibilidades, até, por exemplo, para viabilizar o encontro do seu pai com o então Ministro da Casa Civil?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim, ele mencionou. Na verdade, eu não sei se é do conhecimento do senhor — já que o senhor está permitindo —, nós tivemos uma aproximação com relação a uma possibilidade de negócio que seria o Banco do Trabalhador, seria uma associação com a Central Sindical. Então, ele realmente fazia referência à possibilidade dessa aproximação, e ela de fato aconteceu. Não sei se posso dizer se é pessoa do Governo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o Banco do Trabalhador teria contato com esse tipo de instituição, de operação, e poderia fazer uma relação do Banco Rural com o chamado Banco do Trabalhador.



A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. O Banco do Trabalhador seria uma criação, seria um novo negócio. É um modelo que existe na Europa, onde a central sindical tem o banco, ela é acionista do banco, e ela traz para esse banco os clientes, que são os sindicalizados. Então, é uma forma de, através do dividendo, a central se viabilizar, o sindicato se viabilizar, e parece que tem uma história de uma contribuição que vai deixar de existir. Eu não sou muito profunda nesse assunto, não. Então, é uma idéia, é um conceito que existe funcionando fora do País. E ele foi o intermediário de algumas pessoas da CUT, procurando o Banco Rural, para que juntos pudéssemos fazer uma sociedade para criar esse banco, que atenderia a...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Perdão? Quem foi o intermediário?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quer dizer, eram conversações para se viabilizar a proposta do Banco do Trabalhador em consórcio ou em parceria com o Banco Rural.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso. A idéia era uma sociedade onde o Banco Rural tivesse, na verdade, o controle, porque a gestão seria do banco, no sentido de que quem teria essa *expertise* de gestão, mas a Central teria participação nos dividendos e que dessa forma ela poderia retornar isso ao trabalhador.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Sr. Marcos Valério, que não é, salvo informações novas, nem banqueiro, nem sindicalista, nem tem uma história de vida, ao contrário do Deputado José Dirceu, por exemplo, marcada pela defesa de interesses da classe trabalhadora e de outros objetivos políticos e sociais nobres, eu não entendi... Qual seria a participação dele? Ele estava se convertendo à vida social, aos interesses populares?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, simplesmente... Olha, que eu saiba não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele é um empreendedor?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só para fazer uma alusão, Deputado Chico Alencar, talvez pela CUT ter ligação com o Movimento dos Sem Terra, o banco do trabalhador rural.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas então...



A SRA. KÁTIA RABELLO - A idéia é uma idéia de sucesso na Europa. E os sindicatos lá, não sei se os senhores sabem, são muito fortes e, talvez por isso, porque eles têm uma fonte de receita que está de certa forma alinhada com o trabalhador, é uma forma de o dinheiro voltar. Mas, enfim, a idéia é muito bacana. Marcos Valério fazia, eu acho que ele fez isso com várias pessoas. Colocava pessoas em contato, simplesmente era isso o que ele fazia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora disse que optou por não trazer aqui quem mais se debruçou sobre aqueles saques sem identificação, quem estudou isso. Por que essa opção que nos deixa tão pobres de informação aqui? Uma má opção, do ponto de vista do interesse deste Conselho e desse processo.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu peço perdão, mas eu conversei com várias pessoas que entenderam da mesma forma, que o objeto aqui, como o Deputado colocou no início, seria a questão do decoro e da ética parlamentar. Primeiro, que isso já foi amplamente explorado. O meu depoimento levou 5 horas. Então, essas explicações... Inclusive é bastante repetitivo, porque as pessoas alternam, então às vezes você responde a mesma pergunta 3 ou 4 vezes. Mas, na verdade, a pessoa que tem esse domínio é a minha Vice-Presidenta. Eu quis poupá-la no sentido de que tem muito trabalho lá para ela e que essas informações, quaisquer dúvidas que houver, a gente as trará e, vamos dizer... Pode ser por escrito, porque como são dados, são informações factuais e de dados, nós podemos atender a qualquer resposta — a qualquer pergunta, na verdade.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora falou que o empréstimo que o PT, Partido dos Trabalhadores, tomou junto ao banco, é pequeno em relação aos ativos do banco. A senhora sabe quanto e quando foi feito empréstimo? É um só?

A SRA. KÁTIA RABELLO - É um só.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O do PSDB, em 98, foi maior?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não sei de empréstimo ao PSDB. Não conheço. O empréstimo ao PT me parece que é alguma coisa em torno de 3 milhões, ou com juros, são 3 milhões agora, ou vencido, eu não sei. É alguma coisa em torno de 3 milhões. E nós vamos enviar a data exata.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Chico Alencar, se me permitir, foi em agosto de 2003, e era de 3 milhões mesmo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É o único. Teve uma hora que eu tive de sair, mas foi o único empréstimo celebrado com... feito para partido político na história do banco?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Que eu saiba, sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O de 98, a que o Deputado Júlio Delgado fez referência, o que é?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O de 98 eu não sei se foi feito na pessoa, mas foram dadas como garantia pelo Sr. Marcos Valério as contas publicitárias com o Governo do Estado. Mas foi feito o empréstimo a quem, Deputado?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não foi ao PSDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não foi ao PSDB.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Foi à SMP&B.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Desculpa, na verdade me parece que esse empréstimo foi feito à DNA.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - DNA. Esse de 98?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora mencionou aí o contato de seu pai com o Ministro José Dirceu. Eu só queria clarear melhor: foi um contato direto, pessoal, aqui em Brasília, lá em Belo Horizonte?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Me parece que foi no Palácio do Planalto, numa audiência.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele ainda era dirigente do Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim, ele era Presidente do Conselho, na época.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Do Banco Rural. E quem fez essa mediação e o contato?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na época, quem articulou esse encontro foi o Zé Augusto, eu não participei muito. Então, eu não sei informar.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Zé Augusto, que era também do Conselho...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Que era através do Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E era através do Marcos Valério.

A SRA. KÁTIA RABELLO - O Zé Augusto tinha uma relação muito forte com Marcos Valério — eu estou imaginando, tá? Eu não sei exatamente quem fez o contato e quem marcou a audiência, até porque eu não fui.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi uma audiência só?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Uma só.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora esteve também aqui na Casa Civil com o Sr. José Dirceu, então Ministro?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando foi?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Essa data também eu não tenho certeza. É 2003, eu sei que é 2003, porque o Zé Augusto estava vivo, no segundo semestre de 2003.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E era para tratar da liquidação judicial, da massa liquidanda do Banco Mercantil de Pernambuco, comprado pelo Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ou a ser comprado?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, deixa eu explicar. É assim, tentar com o pouco que eu... não sou profunda nesse assunto também não. Tem alguns assuntos que eu domino, mas não são ligados a banco, infelizmente. Mas o processo é o seguinte: quando um banco sofre a intervenção, então o Banco Central identifica uma parte, que é chamada a parte boa, que seriam as agências, os funcionários, os depositantes até uma certa faixa, no sentido de proteger o empregado, de proteger o depositante. Então, o Banco Central divide o banco entre o banco ruim e o banco bom, digamos. Então, o banco bom foi comprado pelo Banco Rural. Felizmente, em 6 meses nós conseguimos que o banco passasse a dar lucro; ele estava no vermelho, passou a dar resultado. Nós mantivemos o banco, mantivemos a carta



patente, mantivemos a marca Banco Mercantil de Pernambuco, porque o nordestino é muito brioso. Então, nós optamos por manter o banco.

(Manifestações nos corredores das Comissões.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pela ordem, Sr. Presidente, vamos deixar os jovens estudantes passarem, porque dispersa a atenção. A proposta é boa: verbas para a educação. O mensalinho, eu suponho que já acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Podemos continuar.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Então foi feito... o Banco Rural...

(Manifestações nos corredores das comissões.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Vamos lá.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Vou tentar falar um pouco mais alto. Na verdade, o Banco Rural adquiriu em 95, me parece, essa parte boa do Banco Mercantil de Pernambuco. E essa que eu chamei de massa liquidanda, que seriam papéis que lastreavam o banco, mas que eram papéis de longo vencimento. Então, naquele momento, aqueles papéis não tinham valor para fazer face aos ativos do banco. Por isso, o banco foi liquidado. Certo? Então, esses papéis ficaram no poder do Banco Central. O que ocorreu é que esses papéis eram indexados ao dólar. Então, em 1999, teve aquela maxidesvalorização, o dólar dobrou de valor, mas os juros que esses papéis geravam, que eram juros bastante — aliás, eram não, são juros bastante interessantes — isso foi criando, foi fazendo com que esses papéis valorizassem. Então, o Banco Rural, por ter tido contato com o acionista controlador, e o nosso contato, graças a Deus, foi muito bom, foi um negócio feito de uma maneira muito, digamos, amigável, e nós ficamos, na verdade, amigos, enfim, um relacionamento de respeito, então, nós tomamos conhecimento, o banco tomou conhecimento da existência desses papéis e vislumbrou, no levantamento da liquidação, uma oportunidade de negócio. Nesse meio tempo, o banco adquiriu 20% das ações, uma porção minoritária das ações do Banco Mercantil, que ficou em liquidação. A outra parte já estava comprada, já tinha resolvido, e essa parte em liquidação nós passamos a ser donos, o banco passou a ser dono de 20% dessa massa liquidanda, como se diz em contabilidade. Então, havia o interesse que, de



alguma forma, esses papéis voltassem às mãos, ou seja, do principal acionista controlador, que detinha a maior parte.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já entendi. Até pelo nível de detalhação, fiquei com outra curiosidade: por que tratar desses assuntos tão específicos, tão focados e determinados com o Gabinete da Casa Civil, e não com o Banco Central do Brasil ou o Ministério da Fazenda? Parece-me, numa visão cartesiana, ortodoxa, que seriam os espaços públicos, governamentais, mais adequados para esse tipo de assunto.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Perfeito. Acho que o Deputado tem toda razão. Na verdade, esses assuntos foram tratados no âmbito do Banco Central, que é a autoridade que tecnicamente lida com esse assunto, não só neste Governo, como no Governo passado. E foram tratados da forma mais aberta e, vamos dizer, pública possível. Inclusive houve edital de leilão, chegou a ser publicado um edital de leilão, mas o leilão, infelizmente, não ocorreu. E esse assunto tramitou dentro do Banco Central durante o Governo passado e continuou o seu trâmite porque, na verdade, o que existe hoje, o que passou um certo momento, o acionista entendeu que existia um prejuízo a ele e entrou com duas, me parece, ações na Justiça contra a União. Então, são dois processos paralelos. Um é o processo da liquidação, ou seja, da administração dessa massa pelo Banco Central, e esse litígio, digamos, entre a União...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O BMG também era acionista?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. O BMG, não. Que eu saiba, não tem nada a ver com isso. Então, a resposta é que esse assunto, ele vinha sendo tratado nessa esfera desde o Governo anterior, mas o fato é que é uma decisão, o fato dessa decisão de se, vamos dizer, abrir mão de uma ação judicial, ou seja, o acionista no caso abrir mão de uma ação que ele está movendo contra a União, nós entendemos naquele momento que era importante posicionar politicamente a questão. Então, o que nós fizemos foi posicionar o Ministro de como estava o andamento dessa questão, ou seja, tem uma ação que está no seguinte pé, outra que está assim, o Banco Central está vendo dessa maneira, tal departamento. Simplesmente



colocamos, expusemos para ele o assunto e parece que ele não tinha conhecimento nenhum, e foi isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, pelo que eu entendi, o Sr. Marcos Valério participou dessa reunião.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ele participou.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em que condição?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na condição de acompanhante do banco.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Acompanhante do Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Do Banco Rural. É, ele foi um convidado nosso, já que tinha sido ele o facilitador do encontro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele também foi o facilitador? Ele fez a mediação para esse encontro do Banco Rural com a Casa Civil?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Na pauta a liquidação judicial do Banco Mercantil de Pernambuco?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, ele era o mediador?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Infelizmente, o Sr. Marcos Valério tem algum conhecimento, porque parece que ele foi funcionário do Banco Central. Então, ele ajudava um pouco no entendimento disso, dessa questão. E, na verdade, até hoje, nem no Governo passado, nem neste Governo, se obteve qualquer sucesso ou qualquer benefício advindo desses encontros.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Esse segundo encontro, se não me engano, é um jantar em Belo Horizonte com o Ministro?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também foi agendado pelo Sr. Marcos Valério? Foi ele quem falou da possibilidade que o Ministro estaria em Belo Horizonte? Foi o Sr. Marcos Valério?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí ele não compareceu a esse jantar?



A SRA. KÁTIA RABELLO - Não compareceu.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E lá vocês continuaram tratando da liquidação judicial do Banco Mercantil de Pernambuco?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na verdade, nesse jantar eu ouvi bem mais do que falei. O Ministro discorreu... Quer dizer, um jantar é uma coisa que demora mais. Foi relativamente longo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quem eram os participantes?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Éramos eu, o Ministro e um diretor meu. E o Ministro falou sobre o Brasil, sobre as medidas que estavam sendo tomadas, economia, taxas de crescimento, enfim, ele discorreu longamente, eu diria, sobre situações da vida econômica e política do País. Falamos também um pouco no plano pessoal. Ele contou algumas histórias da vida dele passada, de um negócio que ele teve no passado, de uma loja de roupas que ele teve no passado. Eu acho que comentei um pouco da minha história, enfim, essas “pessoalidades”. E, em algum momento, no final do jantar, na verdade, esse meu diretor voltou ao assunto do Mercantil, novamente posicionou um ano depois ao Ministro de como as coisas estavam naquele momento. Ou seja, uma ação andou assim, ganhou na primeira instância, não sei o que lá. Enfim, posicionou, e ele, mais uma vez, simplesmente ouviu, não nos fez nenhuma promessa, e, de fato, não tivemos nenhum retorno por parte de nenhuma pessoa do Governo que demonstrasse algum movimento dele a esse respeito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sendo o Sr. Marcos Valério o mediador também desse encontro — facilitador, como a senhora disse —, em nenhum momento se falou dele na conversa?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Em nenhum momento. Na verdade, Marcos Valério era uma pessoa que se relacionava com o Banco Rural, até pela condição, depois da morte de Zé Augusto, de devedor. Então, esse telefone... Às vezes, eu afirmo coisas e depois fico pensando se eu estou sendo justa porque, na verdade, pode ter sido até alguma outra pessoa ligada ao Marcos Valério que mandou falar, entendeu? Minha secretária me disse que teria essa oportunidade. Eram as secretárias que falavam. Me parece que esse encontro foi combinado com o meu



diretor, porque a gente falava muito pouco. Na verdade, eu conversava muito pouco com o Marcos diretamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Sa. poderia precisar a data desse jantar?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Essa eu posso: 6 de agosto. Eu sei porque era aniversário do meu filho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Seis de agosto de...?

A SRA. KÁTIA RABELLO - De 2004.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A SMP&B continua prestando serviços para o Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Parou quando?

A SRA. KÁTIA RABELLO - A agência não existe mais. Ela acabou tem um mês mais ou menos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Os encontros com o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, foram três ou quatro encontros. A senhora também teria condições depois de precisar quando ocorreram?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não tenho a menor condição porque, como eu disse, não eram encontros formais como os com o Deputado. Eram encontros absolutamente informais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele não era Deputado. A senhora falou Deputado?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Com o Deputado José Dirceu, eram formais, e com o Sr. Delúbio, eram informais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, tá!

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ele passava pelo banco, talvez ele marcasse com o Zé Augusto e aí me ligavam: *“Olha, podemos ir a sua sala?”* Aquelas coisas, não é? Para tomar um café, enfim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Zé Augusto ainda era vivo.



A SRA. KÁTIA RABELLO - Era vivo. E depois houve algumas vezes, também, mas sempre nessa... Em uma informalidade. Por isso é muito difícil de eu precisar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E qual era o assunto fundamental desses encontros?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Olha, era tudo muito rápido, muito breve, era mais um cumprimentar, *“estou passando aqui por Belo Horizonte, vim cumprimentá-la”*. Mas ele, em algum momento, que eu não sei exatamente precisar a data, confirmou que o dinheiro emprestado à SMP&B teria sido repassado para quitar dívidas do partido.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ele também falou... Ele, em algum momento, falou desse lastro que o partido teria em função de ser Governo com mais caixa, arrecadação em função da contribuição voluntária dos filiados que ocupassem postos comissionados ou de uma grande bancada aqui?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso não foi mencionado.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mais duas questões, Sr. Presidente. A senhora falou que o empréstimo concedido pelo Banco Rural à ex-esposa do ex-Ministro não é corriqueiro e que foi determinado pelo Sr. José Augusto de forma imperativa. Por que isso? Queria... Porque é um empréstimo não corriqueiro e porque não passou nem pelo Conselho. Não era necessário?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Deixa eu explicar bastante claramente esse assunto. O Banco Rural tem um foco, um nicho de atuação. O Banco Rural trabalha com médias e pequenas empresas chamadas de *middle marketing*. Esse é o foco de atuação do banco. Não quer dizer que o banco não possa fazer e não faça eventualmente operações fora desse foco. Certo? Então, é uma operação absolutamente normal. Ela não tem nada de anormal. Ela jamais teria que passar por nenhum conselho. É um valor mínimo. E é uma operação absolutamente normal. Apenas não faz parte do foco de negócio do banco. E foi feito a pedido do Zé Augusto.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Que tem relações muito íntimas com o Sr. Marcos Valério, como a senhora disse. Tinha, não é?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora falou que tem relações sociais com o Sr. Haroldo...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...Bicalho.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas a senhora desconhece essa atividade que se atribui a ele de doleiro.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. Eu conheço a atribuição porque leio jornal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Mas o meu contato com ele não me permite tirar nenhuma conclusão desse tipo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ele tem um ofício. As relações sociais, sempre é uma pergunta básica: o que é que você faz na vida, não é?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Porque a relação... Na verdade, a relação social, assim, quando eles chamam de relação social, pode ser muita coisa. Então, deixa eu ser um pouco mais explícita. Se eu me encontrei com ele cinco vezes na minha vida, foi muito, em festas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Festas.

A SRA. KÁTIA RABELLO - De conhecidos comuns.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em Belo Horizonte.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Em Belo Horizonte. A esposa dele é uma amiga de infância. Então, realmente é...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Último esclarecimento, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA RABELLO - ...bastante superficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Encerrando, por favor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A senhora disse, no início, se bem entendi, que o Banco Rural foi usado.



A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como e por quem?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como e por quem? E aí encerro e agradeço.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim. O Banco Rural foi usado pelo nosso cliente, pelas empresas, né, pelo cliente para fazer esse pagamento. É exatamente isso que eu quis dizer. Quis dizer que o Banco Rural não foi partícipe desse pagamento. Ou seja, ele não tinha nenhuma consciência do que estava acontecendo. Simplesmente ele foi usado, enquanto banco, para pagar alguém que o meu cliente me mandava pagar ou que mandava o banco pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; ilustre Relator, Deputado Júlio Delgado; nobres colegas; senhores advogados aqui presentes; Sra. Kátia Rabello, eu inicio tomando por base o texto da representação movida pelo PTB contra o Deputado José Dirceu, quando diz que o Sr. Marcos Valério e a Sra. Renilda, sua esposa, em depoimento ao Procurador-Geral da República, declararam que o Sr. Deputado José Dirceu, em conluio com o Sr. Delúbio Soares, levantaram fundos junto ao Banco Rural e com objetivos espúrios. É o que vem no texto subsequente. Eu quero que V.Sa. declare se o Banco Rural participou desse tipo de operação que a representação atribui a declarações do casal.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mais adiante diz a representação, comprometendo o honorabilidade do seu banco, dizendo que esses contratos não foram objeto de cobrança por sua instituição. O que a senhora declara sobre isso?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Acho muito importante sempre contextualizar. Quando um banco tem um devedor que está em dificuldades de quitar o seu débito, existe um processo de negociação que é sempre preferido ao processo judicial, por razões que eu imagino que todos aqui imaginem. Os processos litigiosos são



extremamente lentos e, muitas vezes, onerosos e ineficazes, no caso, para o credor. Então, a nossa decisão, na verdade, a minha decisão e dos meus pares, naquele momento em que o José Augusto, que era primeiro executivo do banco, pessoa que tinha negociado aquilo tudo, não estava mais presente, foi tentar negociar com o devedor, receber. E havia uma promessa reiterada dele de que iria pagar, enfim, todo um processo de negociação que é bastante comum até, e que em algumas situações, em muitas situações, o banco consegue, de fato, negociar com o devedor, às vezes, sei lá, alongar a dívida, faz alguma alteração no contrato, mas consegue receber, faz um desconto, mas consegue receber sem ter que, de fato, executar. Então, esse argumento de que o banco não executou porque sabia disso ou daquilo, de fato, não vale para a atividade bancária. Uma prática na atividade bancária é negociar até a última tentativa, porque o litígio é o que ninguém quer.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A senhora deve compreender que essa argüição feita pela representação objetiva envolver e comprometer o banco com esses negócios, com essas operações. E restará uma responsabilidade eventual remanescente do banco perante as autoridades constituídas. Mas a senhora... Porque, pelo exposto aqui, em função da argüição feita pelo nobre Relator, somente 6 anos após é que o banco recebeu o empréstimo, e com uma redução extraordinária, de 9 milhões para 2 milhões. E pelo histórico de informações que nós temos, as empresas do Sr. Marcos Valério tiveram faturamento razoável e crescente já no Governo passado do Dr. Fernando Henrique Cardoso, que pode criar uma certa contradição com essa bonificação que é realmente em valor altamente expressivo. Então, se eram 9, cobrou apenas 2. E a empresa não estava em situação de insolvência ou de dificuldade financeira. Eles estavam operando com faturamento bom. E multiplicou muito mais no atual Governo do Presidente Lula. Quando cobrou, já era o Governo Lula, com muitos contratos com empresas governamentais, com faturamento muito expressivo das empresas do grupo do Sr. Marcos Valério. Por isso, uma breve insistência com a senhora. Como explicar essa negociação com essa redução drástica se a empresa não estava em dificuldade, o devedor?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Mais uma vez, volto a insistir que eu não tratava desses assuntos nem na época em que o empréstimo foi contraído nem quando ele



foi negociado. Então, vou explicar alguma coisa que eu não fiz. É difícil. Mas, de alguma forma, existem algumas variáveis que eu acho que são importantes de considerar. Uma delas são os juros. Eu sei que parece que houve uma alteração de juros nesse empréstimo. E que houve uma execução judicial até. Então são essas, vamos dizer, as variáveis que eu conheço. E realmente são as informações que eu conheço, que eu sei, é o que eu tenho para contribuir.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O banco, por acaso, ficou sob regime de fiscalização de alguma autoridade governamental em razão de operações que, em tese, poderiam ser potencialmente tidas como irregulares?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Durante todo esse período não houve qualquer tipo de fiscalização, por sindicância de Banco Central ou de outra autoridade governamental?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na verdade, a autoridade fiscalizadora, que é o Banco Central, ela tem procedimentos que são normais à atividade dela como órgão fiscalizador. Então, são vários procedimentos, são várias fiscalizações, de vários departamentos, sobre várias áreas do banco. Isso é constante dentro de todos os bancos. Não houve nenhuma fiscalização e não se levantou, por parte dessas autoridades, apesar dessa fiscalização constante e normal, nenhuma questão sobre esses empréstimos ou até sobre os saques.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nenhuma autuação?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Nem autuação e nem questionamento. Na verdade, o que houve foi um questionamento, como eu já expliquei, quando os ativos do banco baixaram e essas operações se tornaram, em termos relativos, importantes dentro do ativo do banco. Aí, sim, a autoridade... Inclusive eu faço uma menção a isso no meu texto. Nesse momento a autoridade questionou, vamos dizer, a capacidade de quitação desse devedor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu introduzo 2 questionamentos fora desta linha de raciocínio, mas talvez após eu retorne um pouco para indagar da senhora o seguinte, também com base na representação. Diz a acusação contra o Deputado José Dirceu, atribuindo também ao casal, o Sr. Marcos Valério e a sua



esposa, Sra. Renilda: *“Dirceu sabia dos empréstimos ao PT”*. *“Mulher de Valério liga Dirceu a empréstimos”*. *“Renilda envolve Dirceu e apressa sua convocação”*. Sem qualquer risco de lapso de memória de V.Sa, creio que já haja respondido anteriormente, mas é importante deixar muito patente. Então, repito, sem qualquer risco de lapso de memória, a senhora declara o que, quanto a essas afirmações publicadas em manchetes de jornais? O Deputado José Dirceu tinha conhecimento das operações contraídas pelo PT junto ao seu banco?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não posso fazer essa afirmação.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas do seu conhecimento...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Do seu conhecimento não.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Dos meus contatos com ele...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sobre recebedores de saques, listagens de recebedores de saques, nas anotações que foram oferecidas e fornecidas por sua empresa, nos depoimentos prestados e no conjunto de informações fornecido às CPMIs, em algum momento figura o nome do Deputado José Dirceu como destinatário de qualquer valor?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não que seja do meu conhecimento. Acho que, se tivesse, eu saberia.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, das anotações que a senhora tem...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não figura.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - No seu banco não figura?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Os contratos celebrados com o PT, 1 ou 2 contratos, os signatários dos contratos pelo PT, quem subscreveu os contratos?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Vou voltar a insistir. É um contrato que eu tenho conhecimento. Eu não participei. Acho que eu nunca vi esses contratos, para falar a verdade. Eu tenho conhecimento de que parece que o Sr. Delúbio avaliza e o Deputado Genoíno também.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A senhora não era Presidente?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, eu era. Mas é como eu expliquei, o valor do empréstimo ele é muito pequeno para que viesse ao meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. A senhora não é signatária do contrato?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não sou. Não sou.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A senhora sabe das exigências que as instituições financeiras impõem nas avenças, nas operações, seja quanto à exigência de garantias, seja quanto à titularidade ou legitimidade de quem assina um contrato, uma operação. Então, o jurídico de sua empresa deve ter todo cuidado, e, creio eu, pelas análises que fiz, que o Partido dos Trabalhadores, para celebrar uma operação de crédito, para contrair um empréstimo tem de ter a legitimidade da representação legal para assinar. O seu departamento jurídico deve ter examinado isso. E, inclusive, creio eu que pelo estatuto do PT — aqui temos membros do PT, que seguramente conhecem muito mais do que eu — seria necessária uma autorização da instância competente do partido. Houve essa autorização da instância?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não sei responder, peço desculpas. A gente pode...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A senhora poderia oferecer essa informação para este Conselho?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim, com toda a certeza.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E poderia fornecer cópia desse contrato também...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ...onde as garantias estão vinculadas em cláusulas contratuais?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, esse é um documento importante para este Conselho.



A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu me coloco totalmente à disposição para colaborar e fornecer o documento. A gente só tem que tomar um pouco de cuidado com a questão do sigilo, não sei como é que fica.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, a senhora pode fazer a restrição do sigilo, para ficar somente no uso restrito do Conselho. Pode registrar isso na correspondência que encaminhar.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Aí vou pedir ao Dr. José Carlos que me ajude a...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, vou repetir apenas pela importância: quem é que estava legitimado como representante legal a assinar o contrato? Quais foram as garantias contratuais? E, quando eu falo em legitimidade, tem que ver segundo o estatuto da organização contratante, mutuária, se houve autorização, assim como numa empresa...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim, perfeito.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... às vezes, é o Conselho de Administração que autoriza alguém a assinar o contrato. No partido político e no estatuto do partido também existe isso.

Nos encontros e jantares com o Deputado José Dirceu, em nenhum momento foi tratado qualquer assunto relacionado com empréstimos para o PT nem com empréstimos para sua ex-mulher, ou houve?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Na verdade, durante o jantar ele falou um pouco sobre a ex-mulher, mas no sentido pessoal, contando lá da loja que eles tinham, parece, em sociedade. Jamais tocou nesse assunto.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu creio, apenas talvez uma indagação ao final. Eu consulto V.Sa. a respeito do empréstimo concedido à ex-esposa do Deputado José Dirceu. A senhora diz que quem pediu foi o Sr. José Augusto. O Sr. José Augusto era um membro importante da direção do banco. Agora, gostaria que a senhora informasse quem pediu ao Sr. José Augusto.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Infelizmente, eu não sei.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E essa informação não é disponível na sua organização?



A SRA. KÁTIA RABELLO - Não é. Não é, porque ele deu um telefonema fazendo esse pedido e não sei quem intercedeu lá.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Na agenda da sua empresa existem registros e ligações telefônicas do Deputado José Dirceu?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não sei, não sei informar. Na agenda da minha empresa?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, da secretaria...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ah, de telefonemas dele?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, sim.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Acredito que não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A última indagação, que não está muito no foco da discussão, mas se a senhora puder informar acho que é importante: o Banco Rural fez algum pagamento para a conta Dusseldorf, localizada nas Bahamas?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nenhuma destinação de recursos para o Sr. Duda Mendonça?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Quero deixar bem claro: o Banco Rural possui unidades no exterior. Podem ter acontecido transferências de contas de clientes dessas unidades no exterior para essa referida conta Dusseldorf. O Banco Rural não transferiu recurso para essa conta, para esse senhor, até porque o Banco Rural não teria por que pagar esse senhor porque nunca teve nenhum tipo de negócio com ele.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos o Deputado Carlos Sampaio, a Presidência suspende por 5 minutos a nossa sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Está reaberta a reunião.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, de São Paulo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, nobre Relator, Srs. Conselheiros, eminente Ministro, que ora exerce aqui a defensoria da depoente, ilustre depoente, Sra. Kátia Rabello. V.Sa. falou superficialmente sobre a questão



dos saques ocorridos. E por também integrar a CPI dos Correios, na condição de Sub-Relator, o que nós verificamos lá é que eram 3 as modalidades existentes. Numa delas, SMP&B cheque para a própria SMP&B, assinava atrás, endossava, sacava no próprio Banco de Minas Gerais. A segunda modalidade, sabe-se lá por qual razão, o portador desse cheque vinha sacá-lo aqui em Brasília, porém ficava registrado como saindo do caixa de Belo Horizonte. Mas teria uma terceira modalidade, que é aquela na qual o banco de Belo Horizonte autorizava o saque aqui. Não havia a questão do cheque aqui. O cheque era autorizado, o saque aqui, e portanto era contabilizado no caixa daqui, que eram aquelas hipóteses em que a Simone vinha sacar os valores aqui. Então são essas 3 modalidades?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não sou a melhor pessoa para responder isso, e peço desculpas, mas me parece que sim. E a outra modalidade é que o saque era efetuado lá, mas o dinheiro era recebido aqui através de uma transferência interagências, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É exatamente esta, a terceira então. Esse esclarecimento.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Intercasas, que eles chamam.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Exatamente, intercasas. Nestas operações intercasas os saques muitas vezes eram vultosos, chegavam à quantia de 650 mil reais num único saque. Esse tipo de operação não chamava atenção do Banco Rural, uma vez que qualquer movimentação acima de 100 mil, o próprio COAF tem de ser informado? Mas, independentemente da missão do COAF e do Banco Central, enquanto agentes fiscalizadores, o próprio Banco Rural não via de uma forma diferenciada um saque na boca do caixa em Brasília, por exemplo, como esse de 650 mil reais, onde foi solicitado um carro-forte?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não sei se é o caso, o saque em Brasília ou o saque em Belo Horizonte. O importante é frisar o seguinte: esse cliente, como outros clientes, ele tem um comportamento, e o estudo das áreas que são, vamos dizer, responsáveis por essa área do banco, ele é feito muito de acordo com o comportamento. Existe uma primeira preocupação, que é a origem do dinheiro, porque, na verdade, a lavagem do dinheiro se dá na origem, não é?



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na hora em que o dinheiro entra na instituição financeira, digamos. Então, nosso cliente tinha uma origem conhecida, que eram os... Todo mundo já sabe os contratos...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Contratos públicos e privados.

A SRA. KÁTIA RABELLO - ... o próprio empréstimo do banco. Então o banco conhecia e sabia que o cliente tinha origem e capacidade financeira. Então isso já, vamos dizer, não colocava tanto em evidência ou tanta preocupação sobre a movimentação. E o outro ponto importante — e que gerou também algumas discussões até entre nós — é o tratamento. Quando você usa, dentro desse meio, a palavra “normal”, aí alguém fala assim: *“Nossa! Mas não é normal isso”*, é porque o normal, no caso, ele obedece a uma norma. E os saques em dinheiro, eles vêm, se você olhar na documentação, eles vêm, desde 2000, 2001, obedecendo a uma norma. Eles têm um certo padrão. Normalmente, é isso que é olhado, que é observado. Se você tem um cliente, por exemplo, que movimenta lá, que saca em dinheiro, sei lá, 200 mil...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com frequência?

A SRA. KÁTIA RABELLO - ... e um belo dia ele vai e saca 5, enfim, aí você teve uma quebra na norma. E é isso que chama a atenção. E, no caso dessas empresas, existia uma normalidade, nesse sentido, de muitos anos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na verdade, na quebra que nós fizemos do sigilo bancário do Sr. Marcos Valério e das empresas dele, na verdade, não se verificou, antes de 2002, saques na boca do caixa em valor elevado. É apenas após 2003. Por isso que eu digo que é uma inovação. Não vinha com uma certa normalidade saques de 200, saques de 300, saques de 400. Não era a regra. Muito pelo contrário. Ela se iniciou, talvez não seja também do seu conhecimento...,

A SRA. KÁTIA RABELLO - É...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...mas ela se iniciou efetivamente a partir de 2003.

A SRA. KÁTIA RABELLO - A informação que eu tenho é que os saques aconteciam em valores menores e, de certa forma, eles, vamos dizer, estariam



explicados pelo próprio aumento da movimentação. Ou seja, era uma empresa que tinha menos origem no passado, os saques eram compatíveis com aquela origem menor, com aquela movimentação menor. À medida que a movimentação vai aumentando, o volume dos saques vão aumentando. É isso que eu me lembro de ter visto.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Mas posso estar enganada também.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito. Com relação aos empréstimos, a senhora disse hoje que, na verdade, não houve nenhum tipo de privilégio ao PT. Foi colocado que o empréstimo foi celebrado nos padrões normais de uma operação do banco.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. Eu quero, de novo, repetir: não participei, não posso fazer afirmações a respeito. Eu não tive conhecimento de nenhuma especialidade nessa operação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação ao contrato em si, até imagino que não, porque deva ter um modelo do banco redigido por juristas. Enfim, todo o respeito à legalidade deve estar inserido aí e esculpido no próprio contrato, mas o fato de um empréstimo, por exemplo, de 3 milhões, firmado pelo Sr. Genoíno, tendo como avalista o Sr. Delúbio — e me parece que, para figurar na condição de avalista, a condição mínima é que você tenha patrimônio para quitar o débito, caso o devedor principal assim não proceda —, não seria... pelo menos nesse particular, não teria havido uma temeridade neste particular da questão do avalista? Ou este aval era feito de forma indireta pelo Sr. Marcos Valério? Porque de fato num primeiro momento foi ele que figurou como avalista, depois houve a troca. Ou o banco ficou com essa sensação de que, em que pese a troca, na verdade quem estava lastreando tudo isso era o Sr. Marcos Valério?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Qualquer resposta que eu der vai ser suposição. Eu não tratei desse assunto, nem no momento do aval do Marcos Valério e nem no momento da retirada dele. Então, realmente, eu não tenho como respondê-la.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não. A relação pessoal era do Sr. Marcos Valério com o então Diretor José Augusto. Era uma relação pessoal.



A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A SMP&B passou a ter novos empréstimos, em que pese aquele passado, onde ela fez um empréstimo de 8 milhões e 350, que depois, no início de 2003, já estava em 14 milhões, que foi mencionado aqui pelo Deputado Jairo Carneiro? Foi feito um acordo por 2, mas esse acordo por 2 não era tão-somente os 2 milhões, eram os 2 milhões mais 3 anos de prestação de serviços da SMP&B. Esse foi o acordo que inclusive foi encaminhado à CPI dos Correios. Mas, em verdade, eu queria fazer uma indagação com relação ao fato de que houve uma expressão utilizada pelo Sr. José Augusto, à época, segundo a senhora nos relatou aqui hoje, que ele teria dito com relação a “salgar carne podre”.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. Na verdade, eu não disse que ele disse isso a respeito dessa operação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, não, perfeito, perfeito.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É uma expressão que ele usou num outro contexto.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ele às vezes questionava, Entende?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, entendi, entendi.

A SRA. KÁTIA RABELLO - *“Vou dar mais dinheiro para tal cliente, ele está me pedindo mais. Será que eu não estou ‘salgando carne podre?’ Ou seja, que eu estou gastando numa coisa que eu não...”*

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu entendi perfeitamente. Eu queria concluir a pergunta no seguinte sentido: em razão dessa expressão, e como a partir de 2003 foram feitos muitos empréstimos no total de 55 milhões, eu posso, pelo menos eu me permito concluir que deixou de ser carne podre a questão dessa SMP&B e do Sr. Marcos Valério. Se antes se fez um empréstimo, não foi bem sucedido nesse empréstimo, porque o valor pago foi bem menor em razão da situação financeira da empresa, mas a partir de 2003 foram feitos vários empréstimos em quantias elevadas é porque a empresa demonstrava que não era



uma carne podre, era uma empresa extremamente sadia e com contratos que vinham aumentando. Não sei se a minha conclusão está correta.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É, na verdade esse contrato, parece mais antigo, foi sendo quitado parcialmente ao longo do tempo. Mas como é um tempo muito longo e os juros eram juros bastante significativos fica parecendo que eles não pagaram nada e que no final fizeram acordo de 14 por 2, entendeu, mas na verdade existe uma quitação parcial durante o tempo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, e tem inclusive a questão da prestação de serviços. Então não é que houve uma quitação por 2, mas é que há uma mudança de postura. A partir de 2003, as empresas do Sr. Marcos Valério têm um crescimento bastante claro, um crescimento brutal. Talvez, aí a minha pergunta. Não sei se em conversa com o José Augusto à época, ele teria confirmado a senhora, o José Augusto, que podia ficar tranqüilo porque essa empresa tinha lastro e, portanto, era uma empresa que vinha crescendo no atual Governo.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, ele não comentou esse empréstimo comigo. Ele não conversou sobre isso comigo. O que eu disse foi que ele tinha essa postura com relação a alguns devedores. Na verdade outros assuntos do banco que eram bem mais significativos que esse. Então eles colocavam sempre essa questão: *“Se a gente não der mais o devedor, de repente, quebra”*.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então não paga nada.

A SRA. KÁTIA RABELLO - *“Aí, sabe, vai para Justiça, aí acabou. “Então, se você continua dando, até quando? Você vai perder mais”*. É esse o raciocínio que ele sempre trazia e usava essa expressão, que ele era bem mineirão assim, sabe?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação ao fato de o Marcos Valério ter agendado a primeira reunião na qual participou o seu pai — e ele também com o Ministro José Dirceu —, o fato de ele ter agendado lhe pareceu que ele tinha um relacionamento estreito com o Ministro José Dirceu?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Nessa época eu nem... mal tinha, talvez eu nunca tivesse sequer visto o Marcos. Nessa época eu tinha pouquíssima relação com ele. Era bem restrita ao José Augusto.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foi ele que pediu ao Marcos Valério?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não tenho certeza de que foi ele que marcou, que foi ele que agendou, mas eu sei que ele era o ponto em comum entre o partido e o Banco Rural. Então eu imagino que tenha sido através dele, mas pode ter sido através de... ele através de uma outra pessoa, entende, eu não participei disso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então vou me referir a um segundo encontro, porque esse foi ele diretamente e no momento em que o Ministro estava passando por Belo Horizonte.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Neste momento em que a senhora participou desse encontro com o seu diretor,...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ..agendado por ele, num jantar, lhe pareceu que ele tinha força perante o Ministro? Porque não é uma atitude corriqueira alguém dizer o seguinte: *“Olha, o Ministro vai passar por aqui hoje e vou agendar um jantar para a senhora participar”*.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quer dizer, ele tinha que ter minimamente um relacionamento estreito com o Ministro, porque, senão, como ele consegue levar para um jantar um Ministro que está passando por Belo Horizonte?

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. Na verdade, parece que o Ministro iria ficar. Pelo que eu entendi, à noite ele teria um outro compromisso, no outro dia teria esse espaço na agenda dele. Enfim, ele cedeu esse espaço na agenda, eu me coloquei à disposição, obviamente, para o espaço que ele pudesse atender e o próprio Ministro teria sugerido que fôssemos jantar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E foi o próprio Marcos Valério quem sugeriu a senhora que fizesse este encontro aproveitando a ida do Ministro até lá?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, ele comunicou ao banco, nós tivemos um encontro casual. Ele, como diretor, casualmente manifestou que, na verdade, não só



o Ministro, mas outras pessoas do Partido dos Trabalhadores estariam em Belo Horizonte. Era alguma coisa que estava no jornal, era uma coisa pública, todo mundo sabia. Então, nós manifestamos: “*Puxa, quem sabe a gente conseguiria de novo falar com o Ministro para...*” De alguma forma a gente tinha o interesse de voltar com aquele assunto à baila, porque já tinha um ano e nada havia acontecido. Então, nós pedimos se ele poderia interceder com alguém. Eu não sei se ele falava direto com o secretário. Eu não tenho a menor idéia. Eu sei que o encontro foi agendado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas, nesse momento, nessa ocasião, ele foi, digamos, o elemento-chave para que ocorresse esse jantar? Foi através...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Da nossa parte, sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foi?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim. Da nossa parte, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputado Sampaio, posso...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só tirar uma dúvida aqui. A senhora disse que esse jantar em Belo Horizonte teria sido absolutamente informal.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Foi bastante informal.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E que o Ministro contou histórias da sua vida e que a senhora contou histórias do banco, como é que chegou à direção, também contando coisas... “*Pessoalidades*” foi o termo que a senhora usou.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. Eu falei bem menos do que ele, na verdade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E, de repente, a senhora fala que lá no final...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... o diretor entrou, voltou ao assunto que estava em tela.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quer dizer, o jantar teria sido marcado com qual objetivo? Voltar a um assunto que foi citado *en passant*?



A SRA. KÁTIA RABELLO - É, na verdade, o nosso objetivo ao pedir um encontro com ele era, de alguma forma, manter essa relação, essa interlocução, que era alguma coisa que eu acho que é interessante para qualquer empresário de grande porte no País ter uma interlocução com o chefe da Casa Civil, saber os rumos que estão tomando, enfim. Acho que essa interlocução pode ser preponderante para..., até pelo nível de informação que a gente poderia ter ali. Então, era simplesmente aproveitar uma oportunidade para ter essa interlocução, vamos dizer, continuada. Ou seja, já tinha um ano que tinha havido outro encontro. Mas nós tínhamos, sim, um interesse bem específico no assunto do Mercantil. Então, num determinado momento, já lá pelo final do jantar, como o assunto não vinha à baila, nós trouxemos — o meu diretor trouxe.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Continuando, com relação a essa questão do relacionamento do Marcos Valério com o então Ministro José Dirceu, a gente tem um primeiro encontro solicitado por ele, no qual seu pai esteve presente; um segundo encontro com relação a esse jantar e teve conversas, também intermediadas por ele, com relação ao Banco do Trabalhador.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Todos esses encontros ou todas essas conversas mantidas sempre através do Sr. Marcos Valério, pelo banco através do Sr. Marcos Valério com o então Ministro José Dirceu, não a levavam à conclusão que eles teriam minimamente um relacionamento de amizade, um relacionamento estreito, mesmo que de ordem política, já que tudo o que o banco fazia se valia da figura do Sr. Marcos Valério, no que tange ao Banco do Trabalhador, no que tange ao Banco Espírito Santo e no que tange até ao jantar?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Espírito Santo, não. Mercantil, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Banco Mercantil, me perdoe.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, na verdade o Marcos era um facilitador de... Era um marcador de encontros, digamos assim. Ele não demonstrava, através disso... Eu nem sei se era ele quem marcava. Eu não sei qual que era o relacionamento que ele tinha com essas pessoas, entende? Ele era uma pessoa que transitava dentro do banco com alguma assiduidade, conhecia os desejos, enfim, os



pleitos do banco, e se oferecia para, através dos contatos dele, criar essa interlocução. Mas não era ele que tratava... Por exemplo: Banco do Trabalhador, ele marcou um encontro e, a partir daí, a coisa andava sem ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação ao fato de se tratar do assunto Banco Mercantil com o Ministro, a senhora já esclareceu aqui que, na verdade, o assunto vinha sendo tratado em outras esferas também. Mas vinha sendo tratado em outras esferas no que tange a todos aqueles que tinham interesse no tema. Ou seja, nunca o Banco Rural pediu uma reunião com o Banco Central para tratar especificamente desse assunto.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pediu ao Ministro José Dirceu.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não. No passado aconteceram reuniões com o... Esqueci como é que chama... Tem o nome da pessoa que cuida da liquidação. Mas existiram várias reuniões formais, inclusive no Governo passado, entre pessoas do Banco Rural e pessoas do Banco Central para tratar desse assunto — formais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Em ambos os Governos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas com diretores? Por exemplo, diretores do Banco Rural...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... com diretores do Banco Central?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso. Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Está. Mas a senhora especificamente ou o seu pai nunca trataram desse assunto com o Presidente do Banco Central ou com o Ministro da Fazenda de quaisquer Governos?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só neste Governo é que trataram especificamente com o Ministro José Dirceu o assunto, o tema?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Me parece que no Governo passado houve, sim, alguma interlocução com o então Presidente, com o Dr. Arminio Fraga sobre esse



assunto. Me parece que houve. Com diretores, com certeza. Eu sei que esse assunto foi levado a uma reunião de diretoria de Banco Central em um determinado momento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas não com a participação da senhora nem de seu pai?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Com a participação de diretores nossos. Óbvio que não durante a reunião do Banco Central, mas houve...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito.

A SRA. KÁTIA RABELLO - ... essa interlocução com o Presidente do Banco Central, na época. Neste Governo, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nesse encontro que foi mantido com V.Sa. lá em Belo Horizonte, nesse jantar, se tratou de vários assuntos. A senhora até usou esse termo: "*inclusive outros assuntos genéricos*". Quando ele falou da ex-mulher, ele não aproveitou a oportunidade para agradecer a questão do empréstimo? Ele nem mencionou *en passant* o assunto?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não. Ele, na verdade... Ele falou mais do negócio..., da loja. Ele falou nela meio que *en passant* e falou mais do negócio, da loja, que ele já tinha tido loja, descreveu como é que era. Ele não tocou nesse assunto.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eram amenidades, mesmo? Assuntos...

A SRA. KÁTIA RABELLO - É, digamos que 70% do jantar ele falou de economia, da taxa como é que ia ser, dos planos, o que estava acontecendo com a economia, com o Risco País, enfim, falou da ação, vamos dizer, governamental, digamos, 80% do tempo. E, ao final, relaxou-se um pouco e falou-se um pouco das pessoas, assim brevemente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A Petros, que é o fundo de pensão da PETROBRAS, ao que sei, no Governo passado não aplicava no Banco Rural. No início deste Governo passou a aplicar no Banco Rural, e a quantia inicial foi de 5 milhões de reais, aproximadamente. Já no segundo semestre de 2003, a Petros, que nunca havia aplicado nada e que no início do Governo passou a aplicar 5,2 milhões



de reais no Banco Rural, subiu esse investimento, essa aplicação, para 24 milhões, o que implicou aumento de 371% das aplicações dos fundos...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Quando que seria isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foi no início de 2003 a primeira aplicação...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ah... E o aumento?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A primeira aplicação.

A SRA. KÁTIA RABELLO - A primeira, no início de 2003.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Antes não havia. E depois, digamos assim, desse episódio dos empréstimos, no segundo semestre essa aplicação saltou para 24,5 milhões de reais, num aumento de 371%.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Há, há.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A senhora chegou a ter conhecimento dessas aplicações?

A SRA. KÁTIA RABELLO - É, especificamente dessas aplicações, não, porque, mais uma vez, é sempre... A gente sempre tem que contextualizar. Existem valores que, para o nosso uso pessoal no dia-a-dia, são representativos, mas que dentro do volume de uma instituição financeira não o são. Então, por exemplo, todos os dois valores aqui mencionados não representam nada de significativo dentro do passivo do Banco naquela época. Então, eu não teria nem porque saber especificamente — e não acompanho especificamente essas aplicações. O que eu acompanho, e acompanhei, e fui tomando pé, principalmente depois da morte do Zé, são os grandes aplicadores. Então, assim... O que eu posso afirmar, porque esse estudo foi feito e é alguma coisa que também a gente ... A gente tem algum problema com a questão do sigilo, de mandar isso, mas me parece que a gente poderia fazer um somatório considerando o somatório dos fundos ligados ao Governo Federal durante o Governo passado e durante este Governo. Essa proporção, ela se manteve assim... Houve, parece, que uma mínima queda. Ou seja, ela se manteve igual. Então, observando de uma maneira geral a aplicação dos fundos no Banco Rural de um Governo para o outro, existe uma manutenção da relação. Fui clara?



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Seria possível fornecer essa planilha que está...?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ah, eu acredito que sim. Acho que se...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação a...

A SRA. KÁTIA RABELLO - ... porque se a gente não colocar o nome, acho que não tem... Eu acho... eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu digo porque realmente...

A SRA. KÁTIA RABELLO - O que for possível, a gente manda. É uma relação...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A informação que me chegou era a de que a Petros não aplicava no Banco Rural. Passou a aplicar em 2003 e aumentou muito no segundo semestre de 2003. É uma informação que seria importante que tivéssemos aqui.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não tenho essa informação, não, mas...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nunca conversaram com o Sr. Marcos Valério sobre a questão dos fundos de pensão?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Fundos de pensão, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não. A senhora já teria ouvido falar em algum momento de uma operação chamada *back to back*, no sentido de que o dinheiro lá fora...

A SRA. KÁTIA RABELLO - *Back to back...*

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - um dinheiro que estaria...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ouvi falar na época do Santos, mas não sei se vou saber explicar o que é.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na verdade é uma operação que em tese se resumiria da seguinte forma: o cliente do banco...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ah.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...através do próprio banco, manda um dinheiro para fora.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Certo.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Esse dinheiro lá fora passa a lastrear a relação do cliente com o banco.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Certo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aí, o banco passa a fornecer empréstimos para esse cliente.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Certo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E esse cliente muitas vezes nem precisa dar muitas garantias, uma vez que esse dinheiro que estaria lá fora...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Estaria garantindo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... é que seria o instrumento garantidor desses empréstimos.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu ouvi falar dessas operações, sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Já ouvi falar?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E a senhora tem conhecimento do Sr. Marcos Valério, através do Banco Rural, independentemente da questão da Conta Düsseldorf, fazia aplicações lá fora, no Banco Rural lá de fora?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Afirmo que não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Taxativamente não havia aplicação.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Afirmo que não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas a senhora disse aqui que haveria a possibilidade — porque não é do seu conhecimento — de empresas que estivessem atuando junto ao Banco Rural do exterior, eventualmente poderiam ter abastecido a Conta Düsseldorf, eventualmente?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eventualmente, mas que não seria do seu conhecimento.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É, na verdade a movimentação dessas contas é sigilo bancário, né, e eu não poderia ir lá nos países onde esses bancos existem. Então, a gente não pode dar informações a respeito. Mas eu afirmo que não houve



dinheiro do Banco Rural. Ou seja, nenhum pagamento feito pelo Banco Rural para essa conta.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Uma última solicitação que eu até faria ao Ministro José Carlos Dias, se fosse possível. Quando do envio da documentação solicitada pelo Deputado Jairo Carneiro, o que se teria, algum parecer ou alguma fundamentação, que embasasse o fato de o banco ter aceitado a substituição do Marcos Valério, que evidentemente tinha lastro para ser avalista, pelo Sr. Delúbio, que, ao que nos consta, não teria patrimônio para esse fim. Eu agradeço muito a sua participação, Sra. Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - É. Eu acho que, na condição de membro do Conselho, a gente agradece à Sra. Kátia a presença aqui, a clareza e a tranquilidade com que está respondendo a todas as questões. Às vezes dá para entender, quando a gente começa a perguntar, que a pessoa que está depondo é uma ré no processo. E, na realidade, ela está servindo de testemunha para ajudar na compreensão, não é? Então, a gente lhe agradece, na condição de membro do Conselho, sua participação.

Algumas coisas eu tinha me preparado para falar, eu tinha anotado, mas os outros Deputados ou o Relator já a questionaram, mas eu vou questionar algumas coisas que não ficaram claras conforme a senhora foi colocando. A senhora disse que a primeira visita que fez ao Ministro José Dirceu, que o seu pai fez, foi por interesses que ele tinha e queria apresentar alguns aspectos desses interesses, tanto do loteamento popular, quanto da questão da concorrência da Lava, que depois posteriormente teve uma resposta negativa do Banco de Pernambuco, né? Aí, que vem: a senhora considera normal um empresário, qualquer empresário, fazer contatos com o Ministro? Isso é uma coisa normal, um procedimento normal?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não saberia responder se é normal.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O seu contato com outros empresários...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ah, sim.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - ...conversando com outros empresários, é normal esse contato? Quer dizer, o empresário quer colocar para o Ministro a preocupação...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu conheço vários empresários que tiveram vários contatos com Ministros em vários Governos. Com certeza, eu conheço.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E a senhora acha difícil marcar... Um empresário marcar uma agenda com o Ministro?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Acho.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E especificamente com o Ministro José Dirceu, quando então Ministro?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não posso dizer que seja difícil ou não, porque nós não tentamos anteriormente. Então, eu não posso dizer. Mas, de uma maneira geral, acho que não é fácil, principalmente para nós que temos a nossa sede em Belo Horizonte. É um banco relativamente pequeno. Não é fácil, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Voltando à questão do jantar, em Belo Horizonte. Quando eu escrevi, foi na primeira vez que foi citado aqui, mas depois a senhora já até respondeu um pouquinho mais para os outros Deputados, o interesse de conversar com o José Dirceu era especificamente retomar a questão do Banco de Pernambuco. A senhora colocou que imagina que tenha sido o Marcos Valério que agendou. Aí, eu vou pegar um pouquinho da sua fala posterior e outras perguntas que eu fui anotando, que a senhora colocou que dentro daquela renegociação que a empresa do Marcos Valério fez, pagou 2 bilhões e ficou 3 anos de prestação de serviço — foi uma expressão que a senhora usou “*e mais 3 anos de prestação de serviço*”. Aí eu fiquei na dúvida: qual é a relação das empresas do Sr. Marcos Valério com o banco nessa prestação de serviço? Que tipo de prestação de serviço? Só para os serviços de publicidade ou outro tipo de prestação de serviço?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Serviços de publicidade, que são bastante dispendiosos, não é?

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, o que quer dizer uma expressão que a senhora colocou assim: “*o facilitador*”, “*o marcador de encontro*”? Aí eu não entendi essa...



A SRA. KÁTIA RABELLO - Vamos separar as coisas. Uma coisa era a SMP&B como agência de publicidade que atendia ao banco; outra coisa era o Marcos Valério, pessoa física, sócio de algumas empresas, uma delas era a SMP&B. Ele tinha outras empresas da qual era sócio e se tornou devedor do banco. Ele tinha uma relação com o José Augusto bastante próxima. Então, através desse contato dos dois, ele identificava, vamos dizer, oportunidades para o banco e se oferecia como um facilitador para gerar uma interlocução que talvez pudesse trazer algum benefício para o banco. É importante...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Foi a expressão que a senhora usou: *“Botava a pessoa em contato”*.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - A senhora usou essa expressão.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É importante frisar que o banco não recebeu durante esse período nenhum benefício de nenhuma natureza, seja mercantil seja outros. Os estudos que podem ser feitos estão à disposição da CPI, no caso dos depósitos, dos fundos, os depósitos de estatais. Muito pelo contrário. Na época do Banco Santos, que o banco sofreu uma forte perda de passivo, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, que eram antigos, antigos mesmo, aplicadores do banco — ah, sei lá, 10 anos —, sacaram tudo, tudo. Então, realmente vai ser muito difícil encontrar algum benefício, porque de fato não houve nenhum benefício para o Banco Rural durante este Governo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Dentro desse mesmo caminho, aquela expressão que a senhora colocou: *“Botava a pessoa em contato”*. Eu até botei entre aspas. Que tipo de pessoa, que tipo de empreendimento? Isso foi só agora, recentemente, neste Governo, ou o José Augusto e o Marcos Valério já tinham essa relação também anteriormente?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eles tinham uma relação anteriormente. Eu participava muito menos, porque eu não era Presidente do banco na época, não é, como já expliquei. Não saberia dizer de outros contatos que pudessem ter sido feitos. Mas durante o tempo em que eu estive mais próxima, os contatos que ele fez



foram esses que eu já citei, o Banco do Trabalhador e o Mercantil de Pernambuco, através dessas audiências que ele nos marcou.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele só tinha esses contratos de publicidade, não tinha contratos de outro tipo de prestação de serviço?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, a SMP&B, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, era o que eu tinha a complementar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado, Sr. Presidente. Queria, inicialmente, agradecer a presença da Sra. Kátia Rabello, do nosso ex-Ministro José Carlos Dias e cumprimentar os nossos advogados. Eu venho de uma família de origem muito humilde: de oleiros, de olaria de tijolos. Nas nossas relações, eu vejo assim que as pessoas mais humildes e as pessoas que têm melhor *status* na sociedade, parece que as relações são diferenciadas. Porque nós, quando encontramos algum amigo, a gente faz questão de, numa conversa, relatar o que fez um pelo outro e assim por diante. Mas me parece que nas questões...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Nas altas camadas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...nas altas camadas as conversas se dão mais ou menos nos moldes desse comercial de televisão que está passando, ou seja, extremamente truncadas, no "sim-não-vão-vamos-não".

Mas, para eu tirar minha dúvida, eu queria entender um pouco: na conversa com o Ministro José Dirceu, nem o Marcos Valério, quando fez a introdução, disse: "*Olha, está aqui a Presidente do Banco Rural, aquele banco que nós conseguimos um empréstimo, Ministro, para o Partido dos Trabalhadores; o partido tem lá crédito...*"? Nada?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ele nunca foi explícito em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas, implicitamente, sim?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Implicitamente, você pode considerar qualquer coisa, não é? Na verdade... Por exemplo, nessa primeira audiência, eu me lembro muito bem que ele fez referência ao meu pai, que já tinha tido um encontro; fez



referência à nossa “mineiridade”, nossa e do Ministro, e foi essa a introdução. E que éramos amigos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, em momento algum nem deixou transparecer que era uma relação de um banco do qual o partido do Ministro era cliente, inclusive que tinha recebido... Nada? Absolutamente nada?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Ele não tocou nesse assunto em nenhuma oportunidade...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nem vocês?

A SRA. KÁTIA RABELLO –... na presença do Ministro. Nem nós.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nem vocês?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nem o Ministro? Nada?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Nem o Ministro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Absolutamente?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Bom, a senhora já disse aqui que o Banco Rural só fez um único empréstimo a partido político. Foi só ao PT? A mais nenhum?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Que eu saiba, sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O PT, então, foi a primeira experiência de empréstimo partidário do Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Que eu saiba, sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A senhora disse que o Banco também tomou conhecimento dessas transações em que pessoas ligadas ao Parlamento recebiam recursos a partir desse episódio. Mas, em 1998, também já se fazia. Quer dizer, o banco já atuou. Tanto que agora apareceram alguns Deputados que receberam, em 1998, recursos provenientes do Banco Rural através da SMP&B.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não tenho conhecimento dessa informação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pelo menos já foi apurado, inclusive, naquela relação em que aparece claramente a campanha de 1998, se não



me falha a memória, quando várias pessoas receberam recursos da SMP&B via Banco Rural. Para nós é estranho, porque já havia anteriormente. Agora...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O empréstimo foi feito pela DNA, como corrigiu a Sra. Kátia...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah! É. Desculpe

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO —...mas os depósitos nas contas de Parlamentares foram feitos *on line*, Banco Rural, ou às suas contas, pela SMP&B.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na verdade, eu acho importante deixar bem claro que para o Banco Rural imaginar qualquer... fazer qualquer ilação sobre pagamentos de uma empresa a seja quem for, não nos caberia em nenhum momento. Então, talvez por isso é que isso não tivesse nos chamado atenção. Porque, uma vez que você tem um pagamento, que está registrado na contabilidade, que é feito dentro de todas as práticas legais do banco, dentro da normalidade do banco, fica até difícil para o banco imaginar que esse pagamento possa se referir a algum ilícito, não é?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A senhora... falando em normalidade, a senhora já fez algumas menções a normalidade. Por exemplo, a SMP&B — é difícil pronunciar — fazia o saque em Belo Horizonte e enviava o recurso aqui em Brasília, não é?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Porque isso é normal.

Agora, é normal uma secretária de uma empresa receber uma sala dentro das dependências do próprio Banco Rural em Brasília e atender, como era o caso — e está relatado já o caso da Sra. Simone Vasconcelos —, Parlamentares dentro das dependências do próprio Banco Rural? Isso é normal também? É comum?

A SRA. KÁTIA RABELLO - É normal você atender clientes dentro de uma sala separada, porque as agências de banco, por normativo, são todas abertas. Então, quando você está pagando ao cliente grandes quantias em dinheiro, é normal que você faça isso de uma maneira reservada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas alguém do banco, e não alguém de uma empresa que é cliente do banco.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, você paga o cliente.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso. E aí esse cliente...

A SRA. KÁTIA RABELLO - O banco paga o cliente dentro de uma sala reservada...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso.

A SRA. KÁTIA RABELLO - ... porque você, de repente, mexer com muito dinheiro numa agência que é toda aberta pode ser complicado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E aí o cliente utiliza-se da sala para fazer outros pagamentos?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Se não me falha a memória, a Sra. Simone declarou que fazia esses pagamentos dentro das dependências do Banco Rural. Só estou querendo saber se é habitual também e é normal isso.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu considero absolutamente anormal.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Anormal?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Absolutamente anormal.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No período em que eram realizados esses pagamentos, a senhora já estava na Presidência do Banco.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, então, que, se isso ocorreu, ocorreu sem a autorização, obviamente, da Presidência.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Com toda a certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Com toda a responsabilidade da gerência, que permitiu que isso fosse feito.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É importante a gente lembrar que nós temos um elo perdido no meio dessa história: um vice-presidente que era uma pessoa que tinha — como eu citei no meu texto inicial, não sei se o senhor ouviu — um tipo de gestão muito pessoal e não-hierárquica. Então, ele pode ter pedido um atendimento especial a esse cliente. E não posso afirmar qual era o conhecimento dele de qual era esse atendimento especial ou qual uso que o cliente estava fazendo dessa prerrogativa. Entende?



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Certo. O problema, quando a gente fala com uma pessoa jurídica, é este: a pessoa jurídica não fala, quem fala são as pessoas físicas. Lamentavelmente, o Sr. José Augusto Dumont já não pode mais nos dar esses esclarecimentos.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Lamentavelmente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Lamentavelmente.

Uma outra coisa: na minha experiência de vida — e eu acho que é a experiência de todos os Parlamentares aqui —, é muito comum, obviamente que a proporção nem se compara, mas é muito comum sermos procurados e assediados para sermos fiadores de alguma locação. E é uma constância na nossa vida. As pessoas vêm pedir para que a gente seja fiador de alguma locação de algum imóvel.

Eu, até pelas minhas próprias declarações que estão aqui na Casa, que são públicas, sou detentor de um trinta e dois avos, oito setenta e seis avos — que é meu patrimônio, de que me orgulho inclusive. Então, não tenho nenhuma propriedade. Não posso ser fiador. Mas os donos das imobiliárias da minha cidade dizem: “*Se o Deputado vier...*” Porque, no mercado, é um aval político, não é?

Pergunto: o aval feito nesses contratos também não foi político? Embora o Sr. Delúbio não tivesse patrimônio suficiente para poder garantir os empréstimos; embora, como bem lembrou aqui o Deputado Jairo Carneiro, porque até onde temos conhecimento, até este momento — exceto se o banco trouxer uma nova informação —, o empréstimo foi feito entre o Presidente do PT, o banco... e não há conhecimento, inclusive dentro do partido, de que haja uma deliberação formal para que tal empréstimo fosse contraído. Mas foi um empréstimo político, com garantias muito mais políticas do que o empréstimo comum, normal e habitual?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não tenho nada a agregar além daquilo que eu já disse. Eu não participei, não tenho o que comentar a respeito.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No Governo anterior... A senhora disse que o banco manteve relações, no Governo anterior, sobre o aspecto do Banco Mercantil de Pernambuco e que diretores, parece, participaram nessa relação com o Banco Central.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim, sim.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O banco também teve audiências com o Chefe da Casa Civil do Governo anterior para tratar desses assuntos?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não. Só neste, só no atual Governo que, então, o banco tratou com o Chefe da Casa Civil?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É uma pergunta que, se a senhora quiser responder, a senhora pode responder; se não quiser... porque, eu lhe confesso, são questões que ouvi de outros Parlamentares. Não tenho essa informação, mas pode ser que a senhora tenha conhecimento. Nessas transações, por exemplo, em havendo a solução do problema do Banco Mercantil a contento do Banco Rural, o Sr. Marcos Valério, ele atuaria como o intermediador, ou seja, teria direito a uma comissão, que seria normal qualquer pessoa que faça a intermediação do negócio e por isso...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não é?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Do meu conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, a motivação do Sr. Marcos Valério, no caso, não era recebimento de nenhum tipo de comissão. Ao menos, o banco nunca tratou isso com ele.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na verdade, o banco era um cliente importante da agência dele, e, por várias ocasiões, ele manifestou, como os outros sócios, o interesse de que o banco estivesse bem. Claro que eles tinham interesse em manter um bom cliente, em se fazer cada vez mais ligados a esse bom cliente, e ele tinha uma dívida também com o banco. Acho que ele tinha todas as razões para ser solícito, não é? Agora, acho que a atuação dele era bem pontual, eu diria, bem pequena para caber qualquer coisa desse tipo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só para encerrar. No primeiro relacionamento que o Banco Rural teve com a Casa Civil, ou seja, com o Ministro José Dirceu, foi com o pai da senhora...



A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ... e a senhora acha que provavelmente quem agendou tenha sido o Sr. Marcos Valério com a Casa Civil. A senhora tem deixado isso muito na hipótese, porque a senhora disse que não tem...

A SRA. KÁTIA RABELLO - É. Eu não tenho certeza do lado de lá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ... certeza. Isso. Do lado de lá.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Ficou bem claro isso?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, sim.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não sei com quem ele falava. Só sei que...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas eu só estou querendo demarcar se é, mas quem fez o contato...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Dele para nós, foi ele.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Foi o Sr. Marcos Valério.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No segundo, também.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E, no terceiro, que foi o jantar, também.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Do nosso lado, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sra. Kátia, nós temos, talvez, um último orador inscrito. Mas, como S.Exa. está atendendo ao telefone, eu vou tirar uma dúvida, (*risos*) porque eu ia respeitar até a idade do nobre colega Parlamentar e deixar que S.Exa. fizesse primeiro. Mas vou fazer na frente para que S.Exa. possa, inclusive, sintonizar com...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu queria ouvir o início, por gentileza, porque infelizmente me impediram de ouvir o início do que V.Exa... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu ia aguardar V.Exa. fazer o questionamento, como último inscrito, para fazer outro depois. Mas, como V.Exa. estava ao telefone, eu ia...



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, não, mas eu deixei o telefone, porque acho que é um desrespeito até atender ao telefone agora, e eu quis dizer à pessoa que só poderia atender posteriormente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Aguardo, então, V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, não, eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Marcelo Ortiz, por favor, V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Muito obrigado.

Senhora, eu vou fazer uma observação antes; não vou fazer minha apologia, não. Eu tenho assistido a alguns momentos em que as pessoas se preocupam muito em dizer o que fazem ou que deixam de fazer, e querem aqui, às vezes, fazer um discurso; aqui ou em outras CPs. Não é o meu objetivo.

Eu vou perguntar à senhora simplesmente o que a senhora puder me dizer que a senhora sabe. Fui me informar na Mesa, e a senhora está aqui como testemunha. E a testemunha, a senhora sabe, talvez melhor do que eu, responde o que ela sabe. E, com todo o respeito, eu digo à senhora: a testemunha não tem opinião. A testemunha não diz: "Ah! Eu acho". A testemunha responde o que sabe. Então, eu vou perguntar a senhora, porque, entre algumas perguntas que foram feitas e as respostas que a senhora deu, ficou um hiato. Eu gostaria que a senhora preenchesse esse hiato para mim. A senhora informou — e me parece que é essa empresa, eu estou iniciando aqui nesta Comissão — que a SMP&B, da qual o Sr. Marcos Valério é um do sócios... é isso?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Obrigado. Nessa empresa, a senhora disse que tinham sócios anteriores, e esses sócios anteriores tinham movimento no banco. Quando o Sr. Marcos Valério se tornou sócio dessa empresa, o movimento financeiro no banco, da empresa com o banco, aumentou ou diminuiu?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não posso afirmar, porque eu não fiz esse cruzamento de datas, mas, quase com certeza, o movimento aumentou.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Aumentou.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Quase certamente, sim.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Aumentou. Sei. A senhora disse também a respeito de, me parece, uma apresentação do Sr. Marcos Valério, do ex-Ministro José Dirceu, que não teria sido tratado nenhum assunto referente a empréstimos feitos a partido ou coisa parecida, que não se referiu a mais nada. A senhora ainda disse que houve uma pergunta a respeito do senhor seu pai, uma conversa assim informal. É isso?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Não sei. A primeira audiência que eu tive, no Palácio do Planalto, na verdade, foi a única, com o Ministro. Não se tratou de assunto de dívida...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim, mas foi junto com o Sr. Marcos Valério?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim, ele estava presente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Tudo bem. Então, eu entendi bem. Foi isso.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim. Ele estava presente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Então, a senhora disse que não houve manifestação nenhuma nesse sentido de que o Ministro soubesse de empréstimo ou coisa parecida, não é?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim. O Sr. Marcos Valério, depois que deixou essa ida, voltou com a senhora?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não me lembro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora não lembra. Sim. A senhora, depois desse fato, de ter ido lá, falou com o Sr. Marcos Valério? Em alguma oportunidade? Um dia depois, dois dias? Não importa.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Desculpe, mas...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora também não lembra?

A SRA. KÁTIA RABELLO - ...não lembro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Depois desse fato...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Certamente, eu falei muitas vezes com ele depois desse fato, claro. Muitas vezes. Não sei quantos dias depois.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Ah! Então, está bom. Então, se a senhora falou... Depois desse fato, o Sr. Marcos Valério teria dito à senhora, falou alguma coisa à senhora de que o Ministro conhecia essas relações entre o banco e o partido, ou jamais mencionou qualquer coisa à senhora? O que ele disse?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Nada? Falou nada?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não mencionou nada do Ministro sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Ele levou a senhora lá e não disse nada, não houve...?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Na verdade, o que a gente conversou foi justamente sobre o assunto do Mercantil, as implicações que poderia haver, a questão judicial, o trâmite disso dentro do Banco Central. O assunto foi esse.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Tudo bem.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Nessa época, Deputado, eu tinha pouquíssimo contato com o Sr. Marcos Valério. Eu praticamente não encontrava com ele. Para o senhor ter uma idéia, ele era cliente do banco já há alguns anos e eu nem sabia da existência dele, porque o contato dele era realmente totalmente independente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim. Olha, se eu fizer alguma pergunta à senhora que já fizeram e a senhora já respondeu, basta para mim que a senhora diga que já respondeu.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora afirmou que foram feitos empréstimos e que houve um relacionamento de empréstimos feitos ao Sr. Marcos Valério com um partido político, que é o Partido dos Trabalhadores. A senhora disse que havia esse empréstimo, e houve o empréstimo para o Partido dos Trabalhadores.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Existe um empréstimo diretamente do Banco Rural ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim, sim.

A SRA. KÁTIA RABELLO - E depois da morte...



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim. A senhora disse: há esse empréstimo.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim, há esse empréstimo.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E depois a senhora disse o seguinte: quando foi perguntado à senhora que a senhora não sabia se tinha outros empréstimos para outros partidos políticos.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É, porque...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sei. A senhora disse isso?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim, porque...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora não sabia? Dá só essa resposta para mim.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não, não sabia. Não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora é Presidente do Banco?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Hoje sou.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim. Ao tempo, a senhora não era?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Oi?

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Ao tempo dos fatos, a senhora não era Presidente?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Desses fatos, sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim. Muito bem.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É porque o banco tem 40 anos, então, eu afirmar que nunca houve, aí eu posso estar falando...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, não. Eu não falei que nunca houve. Não, nessa época, nesse período.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Durante o período que eu sou Presidente do banco...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Nesse período?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Nesse período, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Agora a senhora é Presidente?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Sim.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sem maiores detalhes — porque seria um absurdo eu querer detalhes nesse sentido —, o que o Presidente sabe dentro do banco? Porque a senhora disse o seguinte...

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu acho que nós ficaríamos aqui tempo demais se eu fosse responder a essa pergunta para o senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Porque a senhora disse o seguinte... Eu vou especificar, porque fica melhor. A senhora disse que o banco, conforme o cliente — e o cliente que tinha mencionado aqui o nosso Deputado, que não é do tempo da olaria dele, ele disse que tem um cliente...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não era minha a olaria.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, olaria que você... Você era empregado. Não importa. Que tem um tipo de conversa, e o pessoal da alta esfera tem outra. A senhora disse que é comum ao banco — e eu acho isso até normal, é uma espécie de tratamento ao cliente preferencial que traz ao banco mais dinheiro, que traz ao banco mais juros e é o cliente ideal —, a senhora diz que há um tratamento na hora do pagamento que é feito, é feito um pagamento a ele, que esse é feito até em uma sala reservada, às vezes em razão até do montante do dinheiro. Correto?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Normalmente o cliente, ou seja, o dono, o empresário, porque como o banco trabalha com empresas, o cliente é uma pessoa jurídica, certo? Então, normalmente quem vai à agência fazer esses recebimentos de dinheiro, normalmente, não é o dono da empresa ou o sócio da empresa.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas ele representa a empresa?

A SRA. KÁTIA RABELLO - É algum representante que é mandado por ele. E quando existe essa movimentação em dinheiro, então, como forma de atender ao cliente e de preservar a segurança do cliente e do banco, isso pode ser feito, sim, numa sala reservada.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Pode ser feito ou é feito normalmente? Na maior parte das vezes é feito?



A SRA. KÁTIA RABELLO - Não. Na maior parte das vezes não é feito, porque na maior parte das vezes não existe um grande volume de saques de dinheiro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - No caso do Sr. Marcos Valério era feito?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não tenho essa estatística para dar para o senhor. Infelizmente, eu não tenho esse registro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora não sabe, tudo bem. Na pergunta do Deputado Orlando Fantazzini — é a última que eu vou fazer à senhora ... Estou no meu tempo, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Estourou bem.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Estourou? Então eu faço a última pergunta. Sei que V.Exa. é condescendente, principalmente com um principiante como eu, um novato em perguntas dessa ordem.

A senhora disse que não tinha conhecimento de que é possível essa pessoa de uma empresa receber dinheiro e utilizar-se dessa sala para fazer outros pagamentos. É verdade?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não? Não tinha conhecimento?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quem é que tem conhecimento disso? O gerente da agência? Alguém tem conhecimento? Porque está sendo dentro da agência — desculpe, vou fazer só essa observação, não é ataque. Se eu tenho uma agência, eu tenho que saber de tudo o que ocorre dentro da minha agência, principalmente se está sendo usada uma sala reservada, até por segurança do próprio banco, quem é que entra ali, quem deixa de entrar. A senhora não tem conhecimento de que ocorria fato dessa natureza?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Muito obrigado. Estou satisfeito.

Muito obrigado. Sr. Presidente, muito obrigado pela relevância que V.Exa. teve comigo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu que agradeço, Deputado. Com a palavra o Relator. A última pergunta, Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sra. Kátia, inicialmente muito obrigado pelos seus esclarecimentos.

A SRA. KÁTIA RABELLO - De nada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu lhe falei, quando estava entrando, que a gente certamente teria um prazo bem menor do que aquele que as Comissões Parlamentares utilizam. Eu agradeço à senhora, ao seu advogado, aos colegas José Luiz e Rodrigo, aos colegas Parlamentares, mas tenho um questionamento final a lhe fazer.

A SRA. KÁTIA RABELLO - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A CPI — isso é uma tese, e eu não estou lhe perguntando sobre tese — chega ou analisa a possibilidade de esses empréstimos não terem sido feitos da forma regular e não serem empréstimos. A CPI estuda essa possibilidade, e é uma tese que a cada dia se fortalece naqueles estudos. Esses empréstimos teriam sido uma forma de repassar recursos para o Sr. Marcos Valério, para que, eventualmente, pudesse passar para o partido. Essa é uma tese das CPIs que a gente utiliza, porque é a base da representação do Partido Trabalhista Brasileiro que a gente está analisando.

O Sr. Marcos Valério, a senhora disse, teve uma grande relação — e tem — com o banco. É um dos clientes preferenciais; era intermediador dos contatos entre o banco e o PT, o Partido dos Trabalhadores... o partido ou os encontros. E o Sr. Marcos Valério vinha de um Governo passado, com contas publicitárias, que passou para este Governo, com contas publicitárias, com um aumento considerável desses contratos. Isso não tem nada a ver, porque alguns desses contratos foram oferecidos, inclusive, como garantia dos empréstimos.

A SRA. KÁTIA RABELLO - É verdade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A última pergunta que eu lhe coloco, em função disso tudo: a senhora admite a hipótese de o Banco Rural ter estabelecido, ao não executar o suposto empréstimo — mas não está em análise —, admite a hipótese de essa relação, por ser a pioneira, do seu conhecimento, na sua



gestão, ter sido uma política estabelecida... E política de relação ser estabelecida pelo banco, com o Governo e com o Partido dos Trabalhadores, que estava entrando em um projeto e, por isso, celebrado os empréstimos e, até então, não ter executado?

A SRA. KÁTIA RABELLO - De forma alguma.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não foi uma política estabelecida pelo banco para poder ter uma relação com o partido no poder?

A SRA. KÁTIA RABELLO - Acho que os valores são totalmente inadmissíveis numa relação como essa. São valores altíssimos, o que não cabe imaginar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só isso, muito obrigado.

A SRA. KÁTIA RABELLO - O banco não teve vantagem nenhuma nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, antes de encerrar, eu gostaria de lembrá-los que nós temos uma reunião no dia 27 de setembro, às 14h30min, com o depoimento do Deputado José Dirceu, terça feira. E convido os senhores advogados a estarem presentes também.

Quero agradecer à Sra. Kátia Rabello e ao Dr. José Carlos Dias a presença.

Está encerrada a presente sessão.